

EDITAL DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº0012/2025

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

CRITÉRIO: MENOR PREÇO GLOBAL

LEGISLAÇÃO: LEI Nº14.133/2021. DECRETO MUNICIPAL Nº 17/2023.

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL ATRAVES DA SECOL.

RUA CREUZA JOSEFA MORATO, 355 - INTERMARES - CABEDEL - PB.

CEP: 58102-380 - E-mail: licitacaocabedelo@yahoo.com.br.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 09.012.493/0001-54, doravante denominado simplesmente ORC, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através da SECOL sediada no endereço acima, às 09:00 horas do dia 21 de julho de 2025, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 0012/2025, na forma de Execução Indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, com critério de julgamento menor preço global, tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 017, de 29 de Março de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO PARA A IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ONDULAÇÕES TRANSVERSAIS (LOMBADAS FISICA), COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS EQUIPAMENTOS, NO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CABEDEL/PB.

Data de abertura da sessão pública: 21/07/2025. Horário: 09:00hs - horário de Brasília.

Local: www.licitacaocabedelo.com.br

1.0.DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de engenharia de tráfego para a implantação e manutenção de ondulações transversais (lombadas física), com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, no sistema viário do município de Cabedelo/PB.

1.2. As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, e demais anexos pertinentes.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, encontra-se devidamente justificada nos documentos em anexos.

1.5. Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições estabelecidas no Art. 4º, da Lei 14.133/21.

1.6. Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

2.0. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 às 14:00h.

2.2. Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao agente de contratação, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1. No endereço: www.licitacaocabedelo.com.br.

2.3.O Setor de Licitação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos instrumentos de planejamento/órgão requisitante deste certame.

2.4.A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Setor de Licitação, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0. DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

3.1.2. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;

3.1.3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4. ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.5. ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos.

3.2.A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1.Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1.<https://cabedelo.pb.gov.br/portal-da-transparencia/>;

3.2.1.2.www.tce.pb.gov.br;

3.2.1.3.www.licitacaocabedelo.com.br; e

3.2.1.4.www.gov.br/pncp.

4.0. DO SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 017, de 29 de Março de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0. DO VALOR, DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O valor máximo para a presente contratação é **R\$ 309.737,57 (trezentos e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos)**.

5.2.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, é de **360 (trezentos e sessenta) dias** e será considerado a partir da Ordem de Serviços;

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será de **420 (quatrocentos e vinte) dias**, considerado da data de assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.240 SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA - SEMOB
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO 04 122 2002 2169 MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. DE MOBILIDADE URBANA
15 451 1031 2173 DESENVOLVER E MANTER AÇÕES DE MOBILIDADE URBANA ELEMENTO/FONTE DE RECURSO 3390.39 99 15001000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 4490.51 99 15001000 OBRAS E INSTALAÇÕES

FONTE DE RECURSO/DISCRIMINAÇÃO RECURSOS LIVRES (ORDINÁRIO)/ DTRR

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: **www.licitacaocabello.com.br**.

6.2. Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3. Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4. Os documentos necessários para participar da presente licitação deverão ser enviados no endereço eletrônico: <http://www.licitacaocabello.com.br> até o dia 21/07/2025, respeitando-se o prazo mínimo insculpido no art. 55, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.5.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5.1. As interessadas que estejam na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, **deverá declarar**, para obtenção dos benefícios, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

6.6.Não poderão participar desta licitação:

- a) Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/1998;
- d) Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992;
- e) Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei nº 14.133/2021;
- f) Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9º §1º, da Lei nº 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;
- g) que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- h) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;
- i) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;
- j) que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- k) que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- l) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- m) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto quando demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- n) consórcios, grupos ou agrupamentos de pessoas jurídicas ou físicas e jurídicas;

n.1) A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de obras e/ou serviços comuns de engenharia civil, perfeitamente pertinentes e compatíveis para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômica financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

n.2) No que se refere à vedação de consórcio, cabe mencionar que se trata de faculdade da Administração conforme art. 15 da Lei nº 14.133/21, uma vez que o objeto em si poderá ser prestado por todos que detenhem a atividade, sendo desnecessária a formação de consórcio para o cumprimento das obrigações de objeto.

vedação só se tornaria restritiva, se o objeto trouxesse situações factuais, econômicas, de mercado, etc, o que não é o caso do objeto deste processo.

6.7.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.

6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

6.8.Como condição prévia à participação no certame, o agente de contratação poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação em licitação ou a contratação com a administração pública, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.8.1.Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

6.8.2.Sistema de Inabilitados e Inidôneos do TCU através do endereço eletrônico <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:17366360178345::NO:3.4.6>

6.8.3.Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis; e/ou

6.8.4.No sistema de Certidão Negativa Correccional da CGU-PJ, CEIS CNEP e CEPIM no endereço eletrônico <https://certidoes.cgu.gov.br/>

6.9. Não poderão disputar este certame, a pessoa jurídica que se encontre, ao tempo desta licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta nos termos do art. 14 inciso III da Lei nº 14.133/21.

7.0. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: www.licitacaocabedelo.com.br.

7.2. Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3.O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0. DA INVERSÃO DE FASE – HABILITAÇÃO

8.1.A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, devendo a habilitação dos licitantes preceder a fase de apresentação de propostas e lances, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame, conforme devidamente justificados nos documentos em anexos elaborados através do setor técnico da Secretaria Requisitante.

8.1.1. A inversão de fases além da justificativa técnica apresentada nos documentos anexos a este instrumento é uma faculdade prevista no art. 17, §1º da Lei nº 14.133/21, e terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a administração. Ou seja, apenas com empresas que realmente tenham capacidade técnica compatível com o montante de serviços ora apresentados e possam atender a administração dentro das normas vigentes e cumprir todos os prazos do futuro contrato.

9.0. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.1. Na presente licitação, a fase de habilitação precederá as etapas de apresentação de lances e julgamento, conforme o artigo 17, § 1º, da Lei 14.133/21. Portanto, os licitantes são obrigados a enviar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e horário estabelecido neste instrumento, somente os documentos requeridos para habilitação, atendendo às exigências documentais detalhadas no Edital. Além disso, deverão apenas preencher o valor da proposta inicial no campo apropriado dentro do sistema.

9.1.1. Não deverão anexar propostas e/ou planilhas o qual identifique as participantes, sob pena de violação do sigilo das propostas, o qual visa garantir a competitividade e imparcialidade deste certame. Anexar proposta identificada antes da solicitação do agente de contratação, poderá sujeitar-se a desclassificação da participante.

9.2. No cadastramento da proposta, o licitante declarará, em campo próprio do sistema e/ou anexo, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias ali contidas, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

9.2.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como, de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

9.2.2. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

9.2.3. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecidos em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

9.2.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

9.2.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

9.2.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

9.2.7. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

9.2.8. Que não se encontra impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta nos termos do art. 14, inciso III da Lei nº 14.133/21;

9.2.9. Que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista nos termos do art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/21;

9.2.10. Declaração que atende aos requisitos de habilitação definidas no instrumento convocatório e responderá pela veracidade das informações prestadas, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

9.2.11. Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

9.2.12. Que a proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

9.2.13. Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objetivas da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

9.2.14. A declaração contendo conteúdo falso relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

9.3. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

9.3.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando houver, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

9.3.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo

que microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.5. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

9.5.1.A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

9.5.2.Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

9.6.O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

9.7.Quando for o caso, o valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

9.8.Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.9.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.10.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21, e neste Edital. O agente de contratação poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

10.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DO VENCEDOR

10.1.O licitante vencedor, deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, em campo próprio no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

10.1.1. Valor unitário expresso em moeda corrente nacional;

10.1.2. Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I e demais planilhas anexas;

10.1.3. Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I e demais anexos.

10.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta definitiva vinculam o Contratado.

10.3.Será cotado um único preço, com a utilização de duas casas decimais.

10.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada nos anexos deste edital.

10.5.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

10.7.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo agente de contratação.

10.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

10.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

10.11. Para classificação das propostas atualizadas, o licitante vencedor deverá elaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento dos encargos de Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora nos termos do art. 56 §5º da Lei nº 14.133/21, e quando for o caso, demais informações que se fizerem necessárias para adequação ao projeto.

11.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública:

11.2.1.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

11.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

11.5. Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

11.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

11.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

11.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:

11.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

11.8.2.O Agente de Contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.Eventualexclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

11.9. Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

11.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:

11.13.1. Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

11.13.2. Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

11.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado. vedada a identificação do licitante.

11.16. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.19. Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando houver, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

11.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até dez por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.21.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, na

obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

11.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

11.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:

11.25.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

11.25.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto decumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

11.25.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho conforme regulamento;

11.25.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.26. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:

11.26.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;

11.26.2. Empresas brasileiras;

11.26.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.26.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

11.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas após definido o resultado do julgamento:

11.27.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

11.27.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

11.27.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;

11.27.4. O agente de contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

11.27.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir da solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

11.28. Havendo necessidade, o agente de contratação suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e hora para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

11.29. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de julgamento da proposta.

12.0. DA FASE DE JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.

12.2. O agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema,

no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a depender da complexidade do documento, sob pena de não aceitação da proposta;

12.2.1.É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir da solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

12.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.3.1. Contiver vícios insanáveis:

12.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos:

12.3.3. Será desclassificada a proposta que apresentar preços unitários superiores aos preços unitários de referência da Prefeitura de Cabedelo/PB, que já se encontram com BDI, ou ofertarem preços manifestamente inexeqüíveis;

12.3.4. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

12.3.5. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.3.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.4. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, poderá ser dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

12.4.1. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente:

12.4.2.A inexecução, nessa hipótese, só será considerada após diligência pelo o agente de contratação, que comprove:

12.4.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

12.4.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.4.3. Além das disposições acima, a análise de sobrepreço considerará o seguinte:

12.4.3.1. A caracterização do sobrepreço se dará tanto pela superação do valor global estimado, quanto pela superação de custo unitário, conforme planilha anexa ao edital:

12.4.3.2. A inobservância das disposições contidas nos subitens anteriores ensejará a desclassificação da proposta.

12.4.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a legislação vigente.

12.5.O agente de contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

12.6. Havendo necessidade, o agente de contratação suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas no prazo de até 24hs, podendo ser prorrogado por igual período. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema.

12.6.1. Se não houver tempo suficiente para a abertura dos "Documentos de Habilitação" e "Proposta de Preços" em um único momento, em fase do exame da documentação/proposta em comparação aos requisitos do edital, análise técnica por parte do setor competente, ou ainda, se os trabalhos não puderem ser concluído e/ou surgirem dúvidas que não possam ser resolvidas, a Comissão de Seleção poderá, a qualquer momento, suspender o processo de seleção para a realização de uma nova abertura dos documentos de habilitação e proposta de preços.

possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

12.6. Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o agente de contratação verificará os documentos relativos à regularidade fiscal do licitante, observado o disposto neste Edital.

13.0. DA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

13.2. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

13.3. PESSOA JURÍDICA:

13.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

13.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

13.3.3. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual

– MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.3.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;

13.3.5. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

13.3.5.1. Sociedade Anônima (S/A):

- Publicados em Diário Oficial; ou
 - Publicados em jornal de grande circulação; ou
 - Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- Obs: As Demonstrações Contábeis compreendem: DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) ou DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa).

13.3.5.2. Sociedades de Responsabilidade Limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou
 - Por fotocópia do Balanço e da Demonstração Contábil devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- Obs: A Demonstração Contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

13.3.5.3. Sociedade sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte 'SIMPLES':

- a) Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - b) Por fotocópia do Balanço Patrimonial e da Demonstração Contábil devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- Obs: A Demonstração Contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

13.3.5.4. Sociedade criada no exercício em curso:

- a) Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

13.3.5.5. Entidades sem fins lucrativos:

- b) Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado em cartório ou na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme caso, ou
 - c) Por fotocópia do Balanço e da Demonstração Contábil devidamente registrado ou autenticado em cartório ou na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme o caso.
- Obs. A Demonstração Contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

13.3.6. A documentação contábil apresentada deverá comprovar a sua efetiva escrituração perante o órgão competente, na forma e nos termos exigidos pela normatização pertinente.

13.3.7. As empresas Ltda., sujeitas ao regime de tributação do Simples Nacional, deverão apresentar cópias do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, devidamente assinadas e registradas no seu órgão competente;

13.3.8. As empresas participantes do processo licitatório que estiverem legalmente obrigadas ao envio de seus registros contábeis através do SPED CONTÁBIL, poderão apresentar cópias do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, emitidos do SPED, juntamente como Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital;

13.3.9. As empresas participantes do processo licitatório que estiverem legalmente obrigadas ao envio de seus registros contábeis através do SPED CONTÁBIL e apresentarem suas demonstrações conforme o item 13.3.5.1 "c", deverão, em fase de diligência realizada pelo agente de contratação, comprovar que as informações contábeis registradas no órgão competente condizem com aquelas apresentadas à Receita Federal, através da apresentação das cópias do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício emitidos do SPED, juntamente com o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital;

13.3.10. Se NÃO legalmente obrigada ao envio de seus registros contábeis por meio do SPED CONTÁBIL e que não estão sujeitas ao regime de tributação do Simples Nacional, poderão apresentar uma declaração que especifique o motivo de sua dispensa, assinado pelo titular ou representante legal da empresa e pelo contador. Estas empresas deverão apresentar as demonstrações contábeis em conformidade com o item 13.3.5.1 "c";

13.3.12. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC. Deverá apresentar ainda, a certidão de regularidade do contador junto ao CRC, acompanhado da carteira de identificação profissional. A exigência do CRC junto com a identidade profissional faz necessário uma vez que o exercício da profissão contábil é regulamentado pelo Decreto-Lei nº 9.295/46 e pela Resolução CFC nº 1.640/2021, que exigem o registro no CRC para a atuação como contador. Importante ressaltarmos, que o registro no CRC (Conselho Regional de Contabilidade) é um requisito legal para a prática da contabilidade e confere reconhecimento profissional ao contador. A exigência do CRC e do documento de identidade profissional, tem como objetivo a comprovação relativa à qualificação técnico-profissional do contador, o qual deverá estar devidamente registrado no conselho profissional competente. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

13.3.13. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

13.3.14. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{(\text{ATIVO CIRCULANTE}) + (\text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO})}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE}) + (\text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO})}$$

LONGO PRAZO)

SG = (ATIVO TOTAL) (PASSIVO CIRCULANTE)

+ (EXIGÍVEL A LONGO PRAZO)

LC = (ATIVO CIRCULANTE) (PASSIVO CIRCULANTE)

13.3.15. Apresentar declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste edital.

13.3.16. O licitante que apresentar índices econômicos inferiores a 1 (um) em qualquer índice deverá comprovar que possui capital mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

13.3.17. Documentação relativa à Regularidade Fiscal, social e Trabalhista:

13.3.17.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ/MF**); Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.3.17.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da **Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União**, a qual engloba também os Tributos relativos ao **Instituto Nacional de Seguridade Social**, sendo que essa pode ser retirada através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

13.3.17.3. Prova de regularidade para com as **Fazendas Estadual e Municipal** do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

13.3.17.4. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS)**, através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

13.3.17.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **certidão negativa** nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.3.17.6. Documentação relativa ao Cumprimento do inc. XXXIII do art. 7º da C.F.:

Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.
Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

13.3.18. Certidão negativa de feitos sobre falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (Processos Judiciais eletrônicos), quando explicitamente excluídos na Certidão do item 13.3.17.

13.3.19. Será considerada como válida pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contado da data da respectiva emissão, a certidão/documento que não apresentar prazo de validade, exceto se houver previsão de prazo diverso estabelecido em lei ou por dispositivo do órgão emissor do documento, devendo a licitante apresentar juntamente com a certidão/documento a cópia da referida legislação ou dispositivo.

13.3.20. A falta de veracidade de qualquer das informações prestadas pela licitante, implicará o indeferimento de sua habilitação, independente das sanções cabíveis.

13.3.21. Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo V:

13.3.21.1. Declaração de ciência dos termos do Edital;

13.3.21.2. Declaração de inexistir fato impeditivo;

- 13.3.21.3.Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;
13.3.21.4.Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;
13.3.21.5.Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e
13.3.21.6. Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

13.4. Documentação relativa à Qualificação Técnica:

13.4.1.Registro da empresa ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia –CREA, **devidamente atualizado** nos termos do art. 10 da Resolução nº 1.121/2019 ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU

13.4.2.Comprovação de capacidade técnico-profissional:

13.4.2.1. Comprovação de que a licitante possua em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional devidamente registrado no conselho profissional competente (CREA ou CAU, quando for o caso), detentor de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CATs), por execução a qualquer tempo, e emitido(s) por qualquer uma das regiões do CREA ou CAU, de obra e/ou serviço de características semelhantes ao objeto do presente certame, indicando-se, para os fins do § 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/21, como parcelas de maior relevância e valor significativo, os seguintes serviços:

- a) MISTURA BETUMINOSA A FRIO, EXECUTADA EM BETONEIRA – FAIXA C – AREIA E BRITA COMERCIAIS;
b) PINTURA DE FAIXA COM TINTA ACRÍLICA – ESPESSURA DE 0,6 MM.

13.4.3.Comprovação de capacidade técnico-operacional:

13.4.3.1. Comprovação, através de Certidão de Acervo Operacional (CAO) fornecida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) em favor da empresa, conforme Art. 53 da Resolução 1137/23 do CONFEA, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/21 sendo consideradas para avaliação da similaridade dos serviços as seguintes parcelas de maior relevância técnica, comprovando os seguintes:

- a) MISTURA BETUMINOSA A FRIO, EXECUTADA EM BETONEIRA – FAIXA C – AREIA E BRITA COMERCIAIS 50m³;
b) PINTURA DE FAIXA COM TINTA ACRÍLICA – ESPESSURA DE 0,6 MM = 750m².

13.4.3.2. Será(ão) aceito(s) atestado(s) como comprovação de capacidade técnica operacional, em que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior para serviços e obras concluídos antes da publicação da Resolução 1137/23 do CONFEA/CREA. Posteriormente à publicação da Resolução 1137/23 do CONFEA/CREA, será aceito como comprovação de capacidade técnica operacional o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do CREA, a Certidão do Acervo Operacional(CAO) registrada.

13.4.3.3. Na ausência evidente de serviços e quantitativos apresentados na CAO, deverá a licitante apresentar atestado(s) técnico fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em favor da empresa para subsidiar a comprovação técnica operacional nas atividades técnicas referenciadas e exigidas de acordo com o item 13.4.3.1.

13.4.3.4. Para as empresas registradas no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), a comprovação técnica operacional ocorrerá através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em favor da empresa, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior, referenciadas e exigidas de acordo com o item 13.4.3.1, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/21.

13.4.3.5.A comprovação do vínculo do profissional detentor do atestado técnico apresentado, será feita mediante cópia do contrato e da Carteira Profissional, no caso de empregado da empresa, ou através de registro deste empregado como integrante do quadro permanente da licitante, comprovado através da Certidão de Registro de Quitação - CREA expedida pelo CREA ou CAU, ou ainda através da apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social, devidamente

registrado no órgão competente, no caso de proprietário ou sócio, ou mediante apresentação de cópia do contrato de prestação de serviços firmado sob a égide da legislação civil, e casodito contrato ainda não tenha sido firmado, por meio de declaração formal de contratação futura do profissional indicado, acompanhada de anuência deste;

13.4.4.O(s) profissional(ais) referido(s) no item 13.4.2.1 deste Edital, que for(em) indicado(s) como responsável(eis) técnico(s) para o objeto desta licitação, deverá(ão) participar futuramente da execução do contrato, por ser os detentores dos atestados de responsabilidade técnica apresentados. Caso haja necessidade, por algum motivo, fazer a substituição do responsável técnico ao longo da execução contratual, a substituição estará condicionada à aprovação prévia da Administração, desde que seja por outro profissional detentor de atestados de responsabilidade técnica apresentado, com experiência equivalente ou superior ao inicialmente indicado, conforme dispõe o art. 67 §6º da Lei nº 14.133/21.

13.4.5.Atestado de visita fornecido pelo departamento de Engenharia/Setor Técnico, de que a licitante visitou os locais para execução do objeto desta licitação, com data limite para realização da visita até o dia útil anterior à abertura do presente certame. As visitas poderão ser realizadas diariamente, das 08:00 às 13:00 horas, até a data prevista neste item, mediante agendamento prévio solicitado através do fone (83) 3206-0545/3206-0546 ou diretamente na Secretaria de Mobilidade Urbana, situada na Rodovia BR-230, KM 7,5 S/N, Intermares, Cabedelo/PB.

13.4.5.1.Caso a licitante não queira realizar a visita, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza e do escopo dos serviços, bem como das exigências ambientais, assumindo total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras como Município de Cabedelo-PB. (ACÓRDÃO 1842/2013 – TCU - PLENÁRIO; ACÓRDÃO 2126/2016 –TCU - PLENÁRIO).

13.4.6.Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (art. 67, inciso III da Lei nº 14.133/21).

13.4.7.Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, inciso VI da Lei nº 14.133/21).

13.4.8.Na documentação de que trata o item 13.4.2.1, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

13.5.Os licitantes encaminharão, por meio do sistema, os documentos de habilitação e preencherá a proposta com o preço no campo próprio do sistema, até que seja solicitado a proposta definitiva:

13.5.1. O agente de contratação, em sessão pública, deverá informar no sistema o prazo, quando for o caso e possível, para a verificação dos documentos de habilitação, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer, o resultado da habilitação, nos termos deste Edital;

13.5.2.Eventual postergação do prazo a que se refere o subitem anterior, será comunicada tempestivamente via sistema;

13.5.3.Apenas os licitantes habilitados serão convocados para envio de lances.

13.6.Serão verificados os documentos de habilitação de todos os licitantes:

13.6.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos e obrigatórios no momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado; e enviados por meio

sistema, em formato digital, no prazo até de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do agente de contratação, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

- 13.6.1.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação; ou
- 13.6.1.2. De ofício, a critério do agente de contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.
- 13.6.1.3. A não comprovação pelo licitante de sua regularidade fiscal nos termos deste Edital, e após observadas as disposições do Art. 43, da Lei 123/06, acarretará na desclassificação da respectiva proposta.

13.7. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de diligência e regularização.

13.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- 13.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 13.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.9. Encerrada a fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

- 13.10.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 13.10.2. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 13.10.3. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do setor de licitação, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;
- 13.10.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;
- 13.10.5. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;
- 13.10.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

- 13.12.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.

13.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Agente de Contratação, ou por membro da Equipe de Apoio; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

13.13.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

13.13.2. Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

13.13.3. Poderá ser utilizada, a critério do agente de contratação, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

13.14. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

13.15. Havendo necessidade, o agente de contratação poderá suspender a sessão pública inclusive para a realização de diligências, concedendo aos licitantes o prazo de até 1 (uma) hora, dependendo do grau de complexidade do documento, podendo ser prorrogado por igual período, com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados.

14.0. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da solicitação do agente de contratação no sistema eletrônico, e deverá:

14.1.1. Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de execução; das condições de pagamento; e da sua validade;

14.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

14.1.3. Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados; especialmente de:

14.1.3.1. Composição de custos unitários contendo, inclusive, o detalhamento da composição e da taxa de Bonificação ou Benefício de Despesas Indiretas - BDI e dos respectivos percentuais praticados, bem como o detalhamento dos Encargos Sociais - ES.

14.2. A referida composição deverá ser assinada por responsável técnico da empresa.

14.3. Será cotado um único preço, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

14.3.1. Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

14.3.2. Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

14.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

14.4.1. Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

14.4.2. No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

14.4.3. Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo serviço, prevalecerá o de menor valor.

14.5. A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

14.7. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

14.8. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

14.8.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

14.9. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

14.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de seu encaminhamento.

15.0.DOS RECURSOS

15.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes, ao julgamento das propostas, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

15.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

15.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

15.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou lavratura da ata de julgamento.

15.4. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.5. As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

15.5.1. Em campo próprio do sistema eletrônico.

15.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio:

www.licitacaocabedelo.com.br.

16.DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail ou publicação em diário oficial do município, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no PORTAL ou da proposta/documentação de habilitação apresentada nos autos pela licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17.0. DA HOMOLOGAÇÃO

17.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

17.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

17.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

17.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

17.2.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

18.0. DO CONTRATO

18.1. Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

18.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

18.1.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas;

18.1.2.1. A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

18.1.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

18.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

18.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

18.4. O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

18.5. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

19.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO – REAJUSTE

19.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

19.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional da Construção Civil – INCC acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

19.9. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

19.10. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

20.0. DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

20.2. Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

20.3. Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

21.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

Além das obrigações previstas no termo de referência, as partes deverão:

21.1. Obrigações do Contratante:

21.1.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

21.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

21.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

21.2. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

21.3. Obrigações do Contratado:

21.1.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

21.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, arcando com as despesas decorrentes, no prazo fixado no termo de referência, ou em caso de omissão, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do presente contrato, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

21.1.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

21.1.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

21.1.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

19.1.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

21.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

22.0. DO PAGAMENTO

22.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

22.2. O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

22.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

22.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

23.0. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

23.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

- a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;
- c – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;
- e – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

23.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

24.0. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

24.3. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de

ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

24.4.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

24.5.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

24.6.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

25.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

25.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo setor de licitação.

25.3.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.7.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

25.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.9. Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, será sanado mediante manifestação do setor competente.

25.10.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.licitacaocabedelo.com.br no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Rua Creuza Josefa Morato, 355, 2 andar, Edifício San Patrick, Intermare – Cabedelo – PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 Às 14:00h; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.11. A Contratada obriga-se a manter, no mínimo, 01 (um) engenheiro civil diretamente vinculado ao objeto desta licitação.

25.12 – A Contratada reconhece o direito do Município de Cabedelo/PB de paralisar a qualquer tempo ou suspender a execução dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, sem qualquer indenização pelos materiais que não estiverem aplicados dentro das especificações prévias, bem como sem qualquer ônus, encargos ou indenizações pelos materiais já colocados no canteiro da obra.

25.13.A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao Município de Cabedelo/PB ou a terceiros, na execução dos serviços contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o Município de Cabedelo/PB de todas e quaisquer reclamações pertinentes.

25.14. A Contratada é obrigada, às suas expensas, a comprar e manter no escritório da obra um livro de ocorrências, aprovado e rubricado pelo Fiscal de Obras, onde serão anotadas quaisquer alterações ou ocorrências, não sendo tomadas em consideração pelo Município de Cabedelo/PB, reclamações ali não registradas.

25.15.A Contratada obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer danos ou perdas que os mesmos venham a sofrer, obrigando-se até a entrega final, como depositária dos mesmos.

25.16.A Contratada deverá fixar, ao iniciar a obra, no canteiro dos serviços, em local apropriado e indicado pela Fiscalização, placa de que trata a Planilha Orçamentária e demais documentos necessários anexos ao Edital, de acordo com o modelo adotado pelo Contratante. Essa placa permanecerá enquanto durar a execução dos serviços.

25.17.As obras/serviços objeto deste Edital serão regidas pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT, pelas demais especificações técnicas.

25.18 – A Contratada deverá fornecer a todos os seus empregados a serviço do Município de Cabedelo/PB, os equipamentos de Proteção Individual, levando em consideração a periodicidade, a quantidade, o tipo e a qualidade dos mesmos, dentro das

especificações exigidas pelo Ministério do Trabalho, com relação ao Certificado de Aprovação – C. A. e/ou Certificado de Registro do Importador – CRI (NR6).

25.19. Será de inteira responsabilidade da Contratada, o treinamento de seus empregados quanto ao uso e conservação dos EPI'S (Equipamentos de Proteção Individual), quanto aos EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) em estrita obediência às normas que regulam a matéria (PCMAT, PPRA, ASO's e CIPA) da Portaria nº 3.214 de 08/06/78.

25.20. É expressamente vedada à Contratada a subcontratação no todo do objeto do presente certame, podendo, no entanto, ocorrer a subcontratação de parte desse objeto à empresa(s) especializada(s), mantida, contudo, única, exclusiva e integral responsabilidade da Contratada sobre tal objeto. A subcontratação só será permitida desde que avaliada e autorizada previamente pelo Contratante, sendo exigida a comprovação da viabilidade e necessidade da subcontratação e atestado de idoneidade da subcontratada.

25.21. Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Cabedelo, Estado da Paraíba.

Cabedelo - PB, 04 de julho de 2025.

Glauciene Pinheiro Santos
Secretária Adjunta de licitações

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA

PROPOSTA

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 000/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL - PB.

OBJETO:

OBRA COMUM (INVERSÃO DE FASES).

PROPONENTE:

CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$.....(.....)

PRAZO DE EXECUÇÃO:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VALIDADE DESTA PROPOSTA: 90 (NOVENTA) DIAS.

DETALHAMENTO DA PROPOSTA ENCONTRA-SE EM ANEXOS.

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:Banco:

Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

ANEXO II

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL - PB.

PROPONENTE:

CNPJ:

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na formada legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

ANEXO III

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº...../2025

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº...../2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL - PB.

PROPONEN
TECNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº...../2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

CONTRATO N°:/.....

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE E, PARA EXECUÇÃO DE OBRA CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Cabedelo localizada na Rua Benedito Soares da Silva, 131 - Monte Castelo - Cabedelo - PB, CNPJ nº 09.012.493/0001-54, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE neste ato representada pelo gestor e ordenador de despesa nos termos da Lei Municipal nº 2.275/23, Decreto Municipal nº 17/2018 o Sr., Brasileiro, Estado Civil, residente e domiciliado na Rua CPF nº, Carteira de Identidade nº SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - - ..., CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº/2025, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 017, de 29 de Março de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado em atenção ao art. 89 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia de tráfego para a implantação e manutenção de ondulações transversais (lombadas física), fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, no sistema viário do município de Cabedelo/PB, do instrumento convocatório.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

Assinatura

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

Como contraprestação à execução do objeto deste acordo, o Contratante pagará à Contratada o valor total estimado de R\$ (por extenso)

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

- a) Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.
- b) Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional da Construção Civil – INCC acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- c) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- d) No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- e) Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- f) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- g) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- h) O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.
- i) Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.
- j) O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades da Prefeitura Municipal, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, é de **360 (trezentos e sessenta) dias** e será considerado a partir da emissão da ordem de serviços.

O prazo de vigência do contrato será de **420 (quatrocentos e vinte) dias**, considerado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Além das obrigações previstas no termo de referência, deverá:

- a) Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b) Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;
- c) Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d) Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para

- assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;
- e) Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

Além das obrigações previstas no termo de referência, o contratado deverá:

- a) Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b) Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c) Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d) Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e) Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f) Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g) Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h) Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- i) Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115a 123 da Lei 14.133/21; e
- j) Além das obrigações elencadas acima, a contratada deverá assumir todas e quaisquer responsabilidades prevista no termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

§1º Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

§2º O objeto deste contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§3º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

- a) advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;
- d) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;
- f) aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

- a) As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- b) Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
- c) É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d) Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- e) O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- f) O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

- g) O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- h) O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- i) Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação de cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- j) bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
- k) O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO:

- a) Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato são de responsabilidade única e exclusiva da Contratada.
- b) A Contratada obriga-se a manter, no mínimo, 01 (um) engenheiro diretamente vinculado ao objeto da licitação.
- c) A Contratada reconhece o direito do Município de Cabedelo – PB de paralisar a qualquer tempo ou suspender a execução dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, sem qualquer indenização pelos materiais que não estiverem aplicados dentro das especificações prévias, bem como sem qualquer ônus, encargos ou indenizações pelos materiais já colocados no canteiro do serviço/obra.
- d) A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao Município de Cabedelo – PB ou a terceiros, na execução dos serviços contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o Município de Cabedelo – PB de todas e quaisquer reclamações pertinentes.
- e) A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.
- f) A Contratada é obrigada, às suas expensas, a comprar e manter na obra livro(s) de ocorrências, aprovado(s) e rubricado(s) pelo Fiscal de Obras, onde serão anotadas quaisquer alterações ou ocorrências, não sendo tomadas em consideração pelo Município de Cabedelo – PB, reclamações ali não registradas.
- g) A Contratada obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer danos ou perdas que os mesmos venham a sofrer, obrigando-se até a entrega final, como fiel depositária dos mesmos.
- h) A Contratada deverá fornecer a todos os seus empregados a serviço do Município de Cabedelo – PB, os Equipamentos de Proteção Individual, levando em consideração a periodicidade, a quantidade, o tipo e a qualidade dos mesmos, dentro das especificações exigidas pelo Ministério do Trabalho, com relação ao Certificado de Aprovação – C. A. e/ou Certificado de Registro do Importador – CRI (NR6).
- i) A Contratada deverá confeccionar e colocar no mínimo 01 (uma) placa indicativa no local da obra no modelo padronizado indicado do Município de Cabedelo – PB.
- j) Os serviços/obra objeto deste acordo serão regidos pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e pelas demais especificações técnicas do projeto.

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Cabedelo-PB.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Cabedelo - PB, ... de de2025

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....

ANEXO V

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL - PB.

PROPONENTE:
CNPJ:

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Cabedelo, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública, caso esteja enquadrado nas condições de ME ou EPP.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CB9B-DDE6-483F-E61F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GLAUCIENE PINHEIRO SANTOS (CPF 853.XXX.XXX-91) em 07/07/2025 12:10:24 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cabedelo.1doc.com.br/verificacao/CB9B-DDE6-483F-E61F>

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

ONDULAÇÕES TRANSVERSAIS

Processo Administrativo nº SMU_0002/2025

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

1. INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução de ETP.

2. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Contratações pela Secretaria de Mobilidade Urbana – SEMOB para prestação de serviços em execução e manutenção de Ondulações Transversais (Lombadas Físicas no município de Cabedelo).

3. ESCALA DE CLASSIFICAÇÃO DE PROBABILIDADE E IMPACTO.

3.1. Tabela 1: Escala de classificação de probabilidade.

ESCALA QUALITATIVA DE PROBABILIDADE		
Classificação	Descrição	Valor
Baixo	O histórico conhecido aponta para baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo	5
Médio	Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte	10
Alto	Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há muitos indícios que ocorrerá nesse horizonte	15

Fonte: Manual de gestão de riscos do TCU, 2018

3.2. Tabela 2: Escala de classificação de impacto.

ESCALA QUALITATIVA DE IMPACTO		
Classificação	Descrição	Valor
Baixo	Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo /resultado.	5
Médio	Compromete razoavelmente o alcance do objetivo /resultado.	10
Alto	Compromete a maior parte do atingimento do objetivo /resultado	15

Fonte: Manual de gestão de riscos do TCU, 2018

3.3. Matriz Probabilidade x Impacto.

Probabilidade (P)	15	75	150	225
	10	50	100	150
	5	25	50	75
		5	10	15
Impacto (I)				

Fonte: imagem autoral

4. FASE DE ANÁLISE

X	Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
	Gestão do Contrato

5. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento.

Id	Risco	Relacionado ao(à):	P	I	Nível de Risco (P x I) ⁴
R01	Atraso na tramitação do procedimento licitatório (fase interna e/ou externa)	Planejamento da Contratação	10	15	150
R02	Ausência de interessados na licitação como um todo ou em algum/alguns dos lotes dos certames	Planejamento da Contratação	5	15	75
R03	Risco de impugnações ao Edital após o lançamento para o mercado	Planejamento da Contratação	10	15	150
R04	Risco de impugnações ao Edital após o lançamento para o mercado	Planejamento da Contratação	10	15	150
R05	Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato.	Planejamento da Contratação	5	15	75
R06	Descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS por parte da empresa contratada.	Planejamento da Contratação	15	15	225
R07	Fornecimento e/ou prestação de serviço prestado de forma insatisfatória/deficiente	Planejamento da Contratação	5	15	75
R08	Atraso no fornecimento e/ou no início da prestação do serviço	Planejamento da Contratação	5	15	75

Legenda: P – Probabilidade; I – Impacto.

¹ A qual natureza o risco está associado: fases do Processo da Contratação ou Solução Tecnológica.

² Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos (ISO/IEC 31000:2009, item 2.19).

³ Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos (ISO/IEC 31000:2009, item 2.18).

⁴ Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades (ISO/IEC 31000:2009, item 2.23 e IN SGD/ME nº 94, de 2022, art. 2º, inciso XIII).

6. AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

RISCO 01						
Atraso na tramitação do procedimento licitatório (fase interna e/ou externa)						
Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta
Impacto:		Baixa		Média	X	Alta
Id	Dano					
1.	Falta do fornecimento dos insumos ou da prestação de serviços					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Planejamento e propositura da contratação em tempo hábil. Priorização na análise do processo. Manter contato com todos os setores envolvidos no processo da contratação para alinhamento			Equipe de Planejamento da Contratação / Setor Requisitante / Setor de Licitações		
Id	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Reelaborar o(s) documentos inserindo/retificando as informações necessárias com celeridade.			Equipe de Planejamento da Contratação / Setor Requisitante		

RISCO 02						
Ausência de interessados na licitação como um todo ou em algum/alguns dos lotes dos certames						
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixa		Média	X	Alta
Id	Dano					
1.	Falta do fornecimento dos insumos ou da prestação de serviços.					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Correto planejamento das exigências postas para a contratação e correto levantamento de preços estimados para os insumos ou serviços.			Equipe de Planejamento da Contratação / Setor Requisitante / Setor de Licitações		
2	Promover ampla divulgação da iminência de realização do certame por outros meios de comunicação.					
Id	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse.			Equipe de Planejamento da Contratação / Setor Requisitante		

RISCO 03						
Risco de impugnações ao Edital após o lançamento para o mercado						
Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta
Impacto:		Baixa		Média	X	Alta
Id	Dano					
1.	Atraso no processo					
2	Necessidade de revisar/refazer documentação					
3	Prejuízo na contratação dentro dos prazos previstos para evitar descontinuidade dos serviços					
Id	Ação Preventiva				Responsável	
1.	Produzir minutas e documentos de acordo com práticas usuais e modelos de execução e remuneração adequados				Equipe de Planejamento da Contratação / Setor Requisitante	
Id	Ação de Contingência				Responsável	
1.	Corrigir o edital, documentos anexos que se fizerem necessários e iniciar nova licitação.				Equipe de Planejamento da Contratação / Setor Requisitante / Setor de Licitações	

RISCO 04						
Risco de impugnações ao Edital após o lançamento para o mercado						
Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta
Impacto:		Baixa		Média	X	Alta
Id		Dano				
1.		Atraso no processo				
2		Necessidade de revisar/refazer documentação				
3		Prejuízo na contratação dentro dos prazos previstos para evitar descontinuidade dos serviços				
Id		Ação Preventiva			Responsável	
1.		Produzir minutas e documentos de acordo com práticas usuais e modelos de execução e remuneração adequados.			Equipe de Planejamento da Contratação / Setor Requisitante	
2.		Pesquisar em processos licitatórios similares as principais causas de questionamentos e impugnações.				
Id		Ação de Contingência			Responsável	
1.		Responder aos questionamentos e impugnações de forma coerente e eficaz.			Equipe de Planejamento da Contratação / Setor Requisitante / Setor de Licitações	
2.		Acompanhamento com auxílio da equipe de apoio para resposta às impugnações e recursos.				

RISCO 05						
Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato.						
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixa		Média	X	Alta
Id	Dano					
1.	Não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato.					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Estabelecer critérios de seleção do fornecedor.			Equipe de Planejamento da Contratação / Setor Requisitante		
2.	Incluir exigências de qualificação técnica mais robustas.					
Id	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Aprimorar mecanismo de monitoramento de controle de contratações.			Equipe de Planejamento da Contratação / Setor Requisitante / Setor de Licitações		
2.	Revisar a estratégia da contratação.					

RISCO 06						
Descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS por parte da empresa contratada.						
Probabilidade:			Baixa		Média	X Alta
Impacto:			Baixa		Média	X Alta
Id	Dano					
1.	Prejuízos aos funcionários da empresa contratada.					
2.	Responsabilização subsidiária da Contrante.					
3.	Necessidade de pagamento direto pela Contrante.					
Id	Ação Preventiva				Responsável	
1.	Verificação minuciosa da capacidade técnica e econômica das licitantes.				Equipe de Planejamento da Contratação / Setor Requisitante / Setor de Licitações	
2.	Estabelecer, no instrumento convocatório e anexo, a obrigação de que a garantia deve cobrir o pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários não quitados pela contratada.					
Id	Ação de Contingência				Responsável	
1.	Retenção dos créditos relativos à conta vinculada mesmo antes da abertura da referida conta.				Equipe de Planejamento da Contratação / Setor Requisitante / Setor de Licitações	
2.	Pagamento direto de verbas previdenciárias, salários, benefícios e encargos trabalhistas.					
3.	Execução da garantia contratual.					
4.	Aplicação de sanção administrativa.					
5.	Contratação de remanescente de contratação ou abertura de novo procedimento licitatório.					

RISCO 07						
Fornecimento e/ou prestação de serviço prestado de forma insatisfatória/deficiente						
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixa		Média	X	Alta
Id	Dano					
1.	Interferência na qualidade dos serviços prestados ou fornecimento.					
2.	Descumprimento das cláusulas contratuais.					
3.	Interrupção no fornecimento e/ou prestação dos serviços prestados					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Definição de critérios de aceitação e rejeição do certame;			Equipe de Planejamento da Contratação / Setor Requisitante / Fiscal de contrato		
2.	Definição de processos de inspeção dos insumos ou serviços.					
3.	Conferência e controle das Ordens de Serviço executadas mediante apresentação de relatórios;					
4.	Controle rígido dos níveis de serviço mínimos definidos					
Id	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Advertência, Multa e Impedimento de licitar e de contratar com a União.			Fiscal de contrato		
2.	Aplicação de sanção, rescisão contratual e convocação do 2º colocado no pregão					

RISCO 08						
Atraso no fornecimento e/ou no início da prestação do serviço						
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixa		Média	X	Alta
Id	Dano					
1.	Indisponibilidade dos insumos/serviços contratados.					
2.	Descumprimento das cláusulas contratuais.					
3.	Interrupção no fornecimento e/ou prestação dos serviços prestados					
Id	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Definição de critérios de aceitação e rejeição do certame;			Equipe de Planejamento da Contratação / Setor Requisitante / Fiscal de contrato		
2.	Definição de processos de inspeção dos insumos ou serviços.					
3.	Estabelecer cronograma de início das atividades					
Id	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Advertência, Multa e Impedimento de licitar e de contratar com a União.			Fiscal de contrato		

Cabedelo, 21 de março de 2025.

RESPONSÁVEIS	
João Jerffison domingos do Santos Gerente Administrativo Mat. 07705-4	Leonardo Trindade Ferreira Assessor de Suporte Operacional Mat. 41125-9



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 173F-BE80-8745-D469

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LEONARDO TRINDADE FERREIRA (CPF 126.XXX.XXX-04) em 20/03/2025 11:48:39 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JOÃO JERFFISON DOMINGOS DOS SANTOS (CPF 893.XXX.XXX-91) em 20/03/2025 11:53:42
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cabedelo.1doc.com.br/verificacao/173F-BE80-8745-D469>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº SMU_0002/2025

ONDULAÇÕES TRANSVERSAIS

Cabedelo-PB

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. OBJETIVO	3
3. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE CONTRATO.....	3
4. DO REAJUSTE	3
5. QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS.....	5
6. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO	20
7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	21
8. FISCALIZAÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	22
10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	23
11. LOCAL A SER CONTEMPLADO PELO SERVIÇO	25
12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	25
13. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO.....	32
14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	32
15. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES.....	34
16. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	36
17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	36
18. PENALIDADES.....	36
19. DO ENQUADRAMENTO DO SERVIÇO.....	36
20. JUSTIFICATIVA PARA INVERSÃO DE FASES.....	37
21. DISPOSIÇÕES GERAIS	38

TERMO DE REFERÊNCIA

ONDULAÇÕES TRANSVERSAIS

1. INTRODUÇÃO

O Termo de Referência é um documento da fase preparatória do processo licitatório (art. 18, inciso II, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021), cuja função é definir o objeto que será contratado pela Administração para o atendimento de uma necessidade, devendo estar alinhado com o Estudo Técnico Preliminar, quando houver. Portanto, torna-se indispensável instrumento no processo licitatório, possuindo fundamentação no inciso XXIII, do art. 6º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

2. OBJETIVO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de engenharia de tráfego para a implantação e manutenção de ondulações transversais (lombadas física), com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, no sistema viário do município de Cabedelo, assim como preconiza o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, volume VI – Dispositivos Auxiliares - (CONTRAN), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SEMOB) do Município de Cabedelo, estado da Paraíba, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

3. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE CONTRATO

3.1. O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado é de **360 (trezentos e sessenta) dias** e será considerado a partir da emissão da Ordem de Serviço. O prazo para a execução do objeto poderá ser prorrogado por meio de termo aditivo.

3.2. O prazo de vigência do contrato será **de 420 (quatrocentos e vinte) dias**, considerando a data de sua assinatura. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 111 da Lei 14.133/21.

4. DO REAJUSTE

- 4.1.** Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.
- 4.2.** Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional da Construção Civil – INCC acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 4.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 4.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 4.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 4.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 4.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 4.8.** O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.
- 4.9.** O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

5. QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS

5.1. Os quantitativos estimados estão descritos na tabela a seguir:

LOTE ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
1	EXECUÇÃO DA LOMBADA		
1.1	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	m ²	2079
1.2	Pintura de ligação	m ²	2079
1.3	Mistura betuminosa a frio executada em betoneira - faixa C - areia e brita comerciais	m ³	83,16
1.4	Demolição controlada de concreto asfáltico com martelete	m ³	20
2	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL		
2.1	Pintura de faixa com tinta acrílica - espessura de 0,6 mm	m ²	1029,60
3	SINALIZAÇÃO VERTICAL		
3.1	Placa de advertência (l=0,45m) em aço nº 18 galvanizado com película retrorrefletiva tipo iii + si – confecção	und	396
3.2	Tubo de 3,50 m em aço galvanizado + suporte metálico galvanizado para placa de advertência ou regulamentação - simples ou compostas, fornecimento e implantação	und.	396

5.2. Código do Serviço **CATSER. - 2836** - Instalação / manutenção de sistema de sinalização trânsito vertical / horizontal.

5.3. A planilha orçamentária, nas suas formas sintética e analítica, bem como a respectiva memória de cálculo, encontram-se disponíveis no **Anexo A** deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. DOS REQUISITOS LEGAIS

6.2. A contratação deve observar os seguintes requisitos legais:

6.2.1. A Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras providências;

6.2.2. A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; A Resolução CONTRAN nº 973, de 25 de julho de

2022, que institui o Regulamento de Sinalização Viária;

6.2.3. A Resolução CONTRAN nº 973, de 25 de julho de 202, que Institui o Regulamento de Sinalização Viária;

6.2.4. A Resolução CONTRAN nº 514/2014, de 18 de dezembro de 2014, que define a Política Nacional de Trânsito, seus fins e aplicação, entre outras providências.

6.3. Em relação à execução do contrato, a subcontratação parcial ou total do objeto contratual não será permitida, garantindo que o contratado assuma integralmente as responsabilidades previstas.

6.4. DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

6.4.1. A presente contratação deve prezar pelos requisitos presentes na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

6.5. DOS REQUISITOS TÉCNICOS

6.5.1. De maneira a assegurar a qualidade e o funcionamento adequado das lombadas físicas, essas devem atender às especificações apresentadas pelas Normas Brasileiras de Regulamentação (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito instituídos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e demais normas pertinentes listadas a seguir. Esse alinhamento é essencial para garantir que os dispositivos estejam em conformidade com os requisitos técnicos e operacionais necessários, proporcionando eficiência na execução das políticas públicas de mobilidade, além de efetivamente contribuir para a melhoria do sistema viário e o bem-estar da população.

6.5.2. De acordo com o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN (Volume VI – Dispositivos Auxiliares), a implantação de ondulações transversais (lombadas físicas) deve ser acompanhada da implantação de sinalização viária. Além disso, devem ser demarcadas com faixas oblíquas (sinalização horizontal).

6.5.3. A execução dos serviços deve ser realizada de forma a minimizar impactos em mobilidade urbana, garantindo o fluxo adequado de veículos

e pedestres durante a implantação. Os materiais utilizados para a realização do serviço devem ser resistentes e adequados ao tráfego de veículos, evitando desgaste precoce e devendo atender aos padrões de qualidade e segurança estabelecidos pelas normas vigentes. Salienta-se que os requisitos técnicos para esse serviço estarão descritos em totalidade no termo de referência.

6.6. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Pintura de ligação

- 6.6.1.** A pintura de ligação consiste na aplicação de ligante betuminoso sobre superfície de base ou revestimento betuminoso anterior à execução de uma camada betuminosa qualquer, objetivando promover condições de aderência entre as camadas. Emulsões asfálticas, tipos RR-1C.
- 6.6.2.** A taxa de aplicação recomendada de ligante betuminoso residual deverá ser de 1,3 L/m².
- 6.6.3.** O ligante betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente for inferior à 10°C, ou em dias de chuva, ou quando a superfície a ser pintada apresentar qualquer sinal de excesso de umidade.
- 6.6.4.** Todo carregamento de ligante betuminoso que chegar à obra deve apresentar, por parte do fabricante/distribuidor, certificado de resultados de análise dos ensaios de caracterização exigidos na Norma DNIT 146/2012-ES, correspondente à data de fabricação ou ao dia de carregamento para transporte com destino ao canteiro de serviço, se o período entre os dois eventos ultrapassar 10 (dez) dias.
- 6.6.5.** Deve trazer, também, indicação clara de sua procedência, do tipo e quantidade do seu conteúdo e distância de transporte entre a refinaria e o canteiro de obras.
- 6.6.6.** É responsabilidade da executante a proteção dos serviços e materiais contra a ação destrutiva das águas pluviais, do tráfego e de outros agentes que possam danificá-los.
- 6.6.7.** Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo, entretanto, a operação ser executada manualmente. O jato de ar comprimido poderá também ser usado.
- 6.6.8.** A pintura de ligação será medida em metros quadrados, considerando a área efetivamente executada. Não serão motivos de medição em

separado: mão-de-obra, materiais (exceto emulsão diluída), transporte do ligante dos tanques de estocagem até a pista, armazenamento e encargos, devendo os mesmos ser incluídos na composição do preço unitário.

Pré-misturado a frio com emulsão asfáltica com polímero – Faixa A – Areia e brita comerciais

6.6.9. O pré-misturado a frio – PMF, com emulsão asfáltica com polímero, é a mistura executada à temperatura ambiente, em usina apropriada à temperatura ambiente, em usina apropriada, composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filler) e emulsão asfáltica, para espalhamento e compressão a frio.

6.6.10. Todo carregamento de ligante asfáltico que chegar à obra deve apresentar, por parte do fabricante/distribuidor, certificado de resultados de análise dos ensaios de caracterização exigidos na Norma DNIT 153/2010 – ES, correspondente à data de fabricação ou ao dia de carregamento para transporte com destino ao canteiro de serviço, se o período entre os dois eventos ultrapassar 10 (dez) dias.

6.6.11. Deve trazer, também, indicação clara de sua procedência, do tipo e quantidade do seu conteúdo e distância de transporte entre a refinaria e o canteiro de obra.

6.6.12. É responsabilidade da executante a proteção dos serviços e materiais contra a ação destrutiva das águas pluviais, do tráfego e de outros agentes que possam danificá-los.

Materiais

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela SEMOB.

Material Asfáltico

Podem ser empregados os seguintes materiais:

6.6.13. Emulsões Asfálticas Catiônicas de Ruptura Rápida.

6.6.14. Agregados.

6.6.15. Agregado Graúdo Pedra britada, seixo rolado, britado ou não, ou qualquer outro tipo constante nas Especificações Complementares do Projeto. O agregado graúdo deve ser constituído de fragmentos sãos, duráveis, livres de torrões de argila e substâncias nocivas. O desgaste por Abrasão Los

Angeles (DNER-ME 035-98) deve ser de no máximo de 40%. O índice de forma (DNER-ME 86-94) não deve ser inferior a 0,5. Não deve apresentar perda superior a 12% em 5 ciclos no ensaio de durabilidade com sulfato de sódio (DNER-ME 89-94).

6.6.16. Agregado Miúdo Areia, pó-de-pedra ou ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. O Equivalente de Areia (DNER-ME 54/97) deve ser igual ou superior a 55%.

Composição da mistura

6.6.17. A composição granular do PMF deve atender a uma das seguintes faixas granulométricas, ou outra indicada nas Especificações Complementares do Projeto:

PENEIRAS	mm	% PASSANDO EM PESO
3/8" a 1 1/2"	9,5 a 38,1	± 8
nº 40 a nº 4	0,42 a 4,8	± 6
nº 200	0,074	± 2

PENEIRA		FAIXAS			
ASTM	mm	I	II	III	IV
1 1/2"	38,1	100	-	-	-
1"	25,4	95 - 100	-	100	-
3/4"	19,1	70 - 90	100	95 - 100	100
1/2"	12,7	-	75 - 100	-	95 - 100
3/8"	9,5	35 - 60	35 - 70	35 - 70	45 - 80
Nº 4	4,8	18 - 35	20 - 40	25 - 40	25 - 45
Nº 10	2,0	10 - 20	10 - 20	10 - 20	15 - 20
Nº 200	0,074	0 - 5	2 - 5	0 - 5	2 - 5
Espessura* (cm)					
% Vv > 15		4,5 - 6,5	3,5 - 6,5	3,5 - 6,5	3,5 - 6,5
% Vv (10-15)		4,5 - 5,0	3,5 - 5,0	3,5 - 5,0	3,5 - 5,0
Emulsões Sugeridas		RM	RL	RM	RL
*Espessura de uma camada individual (compactada de uma vez)					

6.6.18. Quando devidamente justificadas, outras faixas granulométricas poderão ser adotadas desde que a mistura apresente boa trabalhabilidade, qualidade e atenda às características especificadas.

6.6.19. O “teor de emulsão – t” deve ser dado em peso, em relação a “mistura seca” como 100%, que deve ser detalhada no “Projeto da Mistura”. Também deve ser indicado o “teor de CAP residual” supondo a emulsão com o teor mínimo de CAP residual especificado.

6.6.20. A tolerância para o teor de emulsão no controle é de $(t \pm 0,3)\%$.

6.6.21. A dosagem de emulsão deve ser tal que, no Ensaio Marshall para Mistura Betuminosa a Frio com Emulsão Asfáltica (DNER-ME 107-94), conduza aos seguintes valores:

- a) Porcentagem de vazios: 10 a 20%.

b) Estabilidade mínima (40°C): 250 kgf (75 golpes), 150 kgf (50 golpes).

c) Fluência: 2,0 a 4,5 mm.

6.6.22. O projeto da mistura pela dosagem Marshall deve ser refeito, no mínimo, a cada 6 meses, e todas as vezes que ocorrer alteração de algum dos materiais constituintes da mistura.

Execução

Produção do Pré-Misturado

6.6.23. A produção do pré misturado deverá ser efetuada em usina gravimétrica ou volumétrica, equipada com um misturador tipo “Pug-Mill”, com duplo eixo conjugado, provido de palhetas reversíveis e removíveis e rigorosamente controlada, de modo a se obter uma mistura uniforme.

6.6.24. A viscosidade da emulsão asfáltica no início da mistura deverá estar compreendida entre 75 e 150 SSF, preferencialmente entre 75 e 95 SSF (DNER-ME 004/94).

Transporte do Pré-Misturado

6.6.25. O pré-misturado produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes anteriormente especificados.

6.6.26. Para que a mistura não sofra ação de intempéries, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

6.6.27. Quando necessário, os caminhões devem permanecer em local apropriado para permitir a drenagem da água proveniente da ruptura da emulsão.

Distribuição e Compactação da Mistura

6.6.28. Os pré-misturados devem ser distribuídos somente quando a temperatura ambiente se encontrar acima de 10°C e com tempo não chuvoso.

6.6.29. A compactação deve começar das bordas para o eixo. Os compactadores devem cobrir uniformemente, em cada passada, pelo menos a metade da largura da passagem anterior.

Abertura ao tráfego

6.6.30. A camada recém-acabada poderá ser aberta ao tráfego imediatamente após o término do serviço de compactação, a critério da Fiscalização, desde que não se note deformação sob a ação do mesmo. É prudente estabelecer algumas horas de cura.

Pintura de faixa de pedestre ou zebra, com tinta retrorrefletiva à base de resina acrílica com microesferas de vidro, e = 3 cm, aplicação manual

A tinta

6.6.31. A tinta a ser aplicada na demarcação viária deve ser específica para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

6.6.32. A tinta deve ser aplicada pelo processo de aspersão pneumática, através de equipamento automático ou manual, conforme o tipo de pintura a ser executada.

6.6.33. A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, natas e/ou grumos, que não possam ser facilmente dispersos por ação manual.

6.6.34. A tinta deve apresentar características anti-derrapantes.

6.6.35. A tinta não deve apresentar coágulos, natas, crostas ou separação de cor.

6.6.36. A tinta deve estar apta a ser aplicada, nas seguintes condições:

- a) Temperatura ambiente, de 10°C a 40°C.
- b) Umidade relativa do ar até 90%.
- c) Suportar temperatura de até 80°C.

6.6.37. A tinta deve estar em condições de ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na viscosidade especificada. No caso da aplicação de microesferas de vidro tipo I-B, no entanto, pode ser adicionado, no máximo, 5% de solvente em volume a ser utilizado deverá ser apropriado para a tinta especificada, de preferência de mesmo fabricante.

6.6.38. A tinta quando aplicada em quantidade especificada deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação ao tráfego no período máximo de tempo de 30 minutos, devendo ser protegida durante o tempo de secagem.

6.6.39. A tinta aplicada, após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao

pavimento, produzir película seca fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil.

6.6.40. A tinta quando aplicada sobre a superfície betuminosa não deve apresentar sangria, nem exercer qualquer ação que danifique o pavimento.

6.6.41. As microesferas de vidro deverão ser aplicadas na proporção de:

- a) Tipo I – B: de 200g a 250g para cada litro de tinta;
- b) Tipo II – A/B: 250g microesferas para cada m² de tinta aplicada.

Embalagem

6.6.42. A tinta deverá ser embalada em recipiente metálico, cilíndrico e lacrado. O lacre deve apresentar o número do laudo laboratorial e deverá ser conferido e retirado pela fiscalização da SEMOB.

6.6.43. As embalagens das tintas deverão trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes informações:

- a) nome do produto;
- b) cor da tinta (Padrão Munsell);
- c) referência quanto a natureza química da resina;
- d) data de fabricação;
- e) prazo de validade;
- f) número do lote de fabricação;
- g) nome do fabricante;
- h) quantidade contida no recipiente, em litros.

Limpeza do Pavimento

6.6.44. A Contratada deverá apresentar aparelhagem necessária para limpar e secar devidamente a superfície a ser demarcada como: escovas, vassouras, jato de ar comprimido.

Pré-marcação

6.6.45. Quando da superfície a ser sinalizada não apresentar marcas existentes que possam servir de guias; deve ser feita a pré marcação antes da

aplicação da tinta na via, na mesma cor da pintura definitiva, rigorosamente de acordo com as cotas e dimensões fornecidas em projeto.

Aplicação

6.6.46. Quando da superfície a ser sinalizada não apresentar marcas existentes que possam servir de guias; deve ser feita a pré marcação antes da aplicação da tinta na via, na mesma cor da pintura definitiva, rigorosamente de acordo com as cotas e dimensões fornecidas em projeto.

6.6.47. A distribuição de microesferas de vidro deverá ser uniforme, não sendo admissível o seu acúmulo em determinadas áreas pintadas. Na pintura manual um carrinho próprio aprovado pela fiscalização.

6.6.48. A tolerância com relação à extensão e a largura de cada faixa será de até 5%. Esse excesso não será levado em consideração no pagamento, não admitindo-se largura ou extensões inferiores aos indicados no projeto.

6.6.49. Na execução das marcas retas, qualquer desvio nas bordas excedendo 0,01mm em 10m deverá ser corrigido.

6.6.50. Após aplicada a tinta deverá ser protegida de todo tráfego de veículos bem como de pedestres, durante o tempo de secagem, cerca de 30 (trinta) minutos.

Retrorefletorização

6.6.51. A retrorefletorização inicial mínima deverá ser de 150 mcd/Lux m².

Placa de advertência, A-18, em aço, lado de 0,45 m - tubo galvanizado, película retrorefletiva tipo III + SI - fornecimento e implantação.

6.6.52. O item anterior se trata de placa simples de advertência, em chapa de aço nº 18 galvanizado, quadrada de L=0,45m, do tipo A-18, conforme Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro. A placa deve ser totalmente refletiva, com fundo em película Tipo III, de Alta Intensidade Prismática, com laminação translúcida Tipo V. Símbolos, orla externa, legendas e setas em película Tipo IV. Todas as películas devem estar de acordo com a ABNT NBR 14.644:2021.

Placas

6.6.53. As placas de sinalização vertical devem estar em conformidade com o Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro e deverão ser confeccionadas em chapa de aço nº 18 comercial, ABNT NBR 1010/20, galvanizado por processo eletrolítico.

6.6.54. As placas deverão ser furadas antes da aplicação do tratamento para galvanização e após o corte em suas dimensões finais. As chapas devem estar perfeitamente planas, lisas, isentas de rebarbas ou bordas cortantes e laminadas. Devem ser resistentes à corrosão, devidamente tratadas, sem manchas e sem a presença de oxidação. As placas devem estar prontas para receber o revestimento com película refletiva. Todas as placas devem ser fornecidas com as abraçadeiras e parafusos necessários para fixação em colunas tubulares.

6.6.55. O fundo, letras, símbolos e números da face frontal das placas devem ser revestidos por película refletiva nas cores e formas de acordo com a sua característica. O verso de todas as placas deve ser pintado em preto semi-fosco e deve conter, impresso pelo processo serigráfico, na cor branca, o seguinte texto:

SEMOB/CABEDEL.
NOME E LOGOMARCA DO FABRICANTE.
MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO.

Películas

6.6.56. As películas serão utilizadas para a confecção de símbolos, orlas, legendas, letras, números, tarjas e fundo das placas instaladas nos lados ou sobre a via, que têm como finalidade regulamentar o uso, advertir sobre perigos potenciais e orientar os usuários durante o seu deslocamento em uma via.

6.6.57. Esta comunicação é feita por mensagens padronizadas quanto a sua forma, tamanho e cores, de modo a permitir uma compreensão fácil e rápida pelos motoristas e demais usuários da via.

6.6.58. As películas devem ser resistentes às intempéries e devem possuir no verso adesivo, sensível à pressão, protegido por filme siliconizado, de fácil remoção e devem atender a todos os parâmetros apresentados na ABNT NBR 14.644:2021.

6.6.59. As películas utilizadas serão nas cores amarela e preta de acordo com modelo e tipo da placa conforme Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro.

6.6.60. O fundo contido na face frontal das placas deve ser confeccionado com películas refletivas do Tipo III devem estar de acordo com a NBR 14.644:2021.

Tipo III - Alta Intensidade Prismática

6.6.61. As películas retro-refletivas Tipo III Alta Intensidade Prismática devem ser constituídas por lentes prismáticas gravadas em resina sintética transparente e seladas por fina camada de resina, conferindo assim uma superfície lisa e plana, constituídas também por micro prismas não metalizadas permitindo, apresentar a mesma cor, quer durante o dia, quer à noite, quando observadas à luz dos faróis dos veículos e em distância compatível com a segurança do trânsito, conforme normas e especificações do CONTRAN (CTB – Lei 9503/97 Artigo 80 § 1º).

6.6.62. Deverá ser impresso de forma eletrônica em impressora compatível para a película Tipo III Alta Intensidade Prismática e atender todas as normas da ABNT 14.644:2021, com durabilidade de 10 anos.

Tipo IV - Não Refletiva para legenda, tarjas, orlas e símbolos.

6.6.63. As películas Tipo IV não são retrorefletivas, constituídas por um filme plástico opaco dando assim um contraste, destinadas à produção de tarjas, orlas, símbolos e legendas. São destinadas à aplicação sobre películas Tipo III e devem atender a todas as normas da ABNT NBR 14.644:2021.

Acessórios das placas

6.6.64. Os acessórios e suportes necessários à fixação das placas devem ser colocados de acordo com o local de fixação da placa (coluna tubular, entre outros).

6.6.65. Entende-se por acessórios:

- Parafuso sextavado 3/8 X 2", com porcas e arruelas;
- Parafuso francês 1/2 X 2", com porcas e arruelas;
- Abraçadeira para tubos Ø 2", em barra chata de aço galvanizado;
- As abraçadeiras deverão ser confeccionadas em barras de ferro chato de bitola 1/8' de espessura por 1 1/2' de largura.

As abraçadeiras deverão ter as seguintes dimensões:

- 3,6cm x 45cm para placas simples;

6.6.66. Os parafusos, porcas e arruelas deverão ser de aço galvanizado a fogo e centrifugado.

Especificações da Coluna Tubular

6.6.67. A coluna tubular deve ser confeccionada em peça única, na cor preto fosco, sem emendas, com diâmetro interno de 2", com espessura mínima de parede de 2,65 mm e comprimento de 3,50 m.

6.6.68. Deve ser confeccionada em tubo de aço carbono ABNT NBR 1010/20, galvanizado a quente, grau C, de seção circular.

6.6.69. A galvanização deverá ser executada após as operações de furação e solda e deverá ser executada nas partes internas e externas da peça, devendo as superfícies apresentar uma deposição mínima de zinco igual a 350 g/m², quando ensaiado conforme a ABNT NBR 7.397:2016.

6.6.70. A galvanização não deverá se separar do material de base quando submetido ao ensaio de aderência pelo Método do Dobramento, conforme a ABNT NBR 7.398:2015.

6.6.71. A espessura de galvanização (revestimento de zinco) deverá ser, no mínimo, de 50 micra, quando ensaiada conforme a ABNT NBR 7.399:2015. A galvanização deverá ser uniforme, não devendo existir falhas de zincagem.

6.6.72. Na parte inferior da coluna tubular, a 30 centímetros da extremidade do tubo, devem ser soldadas 2 (duas) aletas retangulares anti-giro de 5 centímetros de largura por 20 centímetros de comprimento.

6.6.73. A parte superior das colunas tubulares deverá ser fechada com tampa de metal para vedação, através de soldagem, evitando, assim, o acúmulo de água na peça.

6.6.74. A tampa e as aletas deverão receber uma demão de tinta de fundo e acabamento na mesma cor da coluna tubular.

6.6.75.

6.7. DAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS

6.8. Para a aplicação deste Termo de Referência são indispensáveis os seguintes documentos:

- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. NORMA DNIT 153/2010 – ES. Pavimentação asfáltica – Pré-misturado a frio com Emulsão Catiônica Convencional. Especificação de serviço. 11 páginas.
- Agência Goiana de Transportes e Obras. AGETOP ES-P 14/18. Pré-misturado à Frio SemiDenso. Especificação de Serviços. 25 páginas.

- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. NORMA DNER-ME 035/1998. Agregados – determinação da abrasão “Los Angeles”. Método de Ensaio. 10 páginas.
- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. NORMA DNER-ME 086/1997. Agregados – determinação do índice de forma. Método de Ensaio. 05 páginas.
- Agência Goiana de Transportes e Obras. AGETOP ES-P 09/18. Tratamentos Superficiais Asfálticos por Penetração – à Frio. Especificação de Serviços. 17 páginas.
- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. NORMA DNER-ME 089/1994. Agregados – Avaliação da durabilidade pelo emprego de soluções de sulfato. Método de Ensaio. 06 páginas.
- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. NORMA DNER-ME 054/1997. Equivalente de areia. Método de Ensaio. 10 páginas.
- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. NORMA DNER-ME 005/1994. Emulsão asfáltica – determinação da peneiração. Método de Ensaio. 02 páginas.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 6567:2015. Ligantes asfálticos - Emulsões asfálticas - Determinação da carga de partícula Asphalt binders - Asphalt emulsions - Determination of particle charge. 06 páginas.
- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. NORMA DNER-ME 004/1994. Material betuminoso – determinação da viscosidade Saybolt-furol a alta temperatura método da película delgada. Método de Ensaio. 02 páginas.
- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. NORMA DNER-ME 006/2000. Emulsões asfálticas – determinação da sedimentação. Método de Ensaio. 04 páginas.
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. NORMA DNIT 157/2011 – ME. Emulsões asfálticas catiônicas – determinação da desemulsibilidade. Método de Ensaio. 04 páginas.
- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. NORMA DNER-ME 083/1998. Agregados – análise granulométrica. Método de Ensaio. 05 páginas.

- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. NORMA DNER-ME 059/1994. Emulsões asfálticas – determinação da resistência à água. Método de Ensaio. 02 páginas.
- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. NORMA DNER-ME 107/1994. Mistura betuminosa a frio, com emulsão asfáltica – ensaio Marshall. Método de Ensaio. 09 páginas.
- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. NORMA DNER-PRO 164/1994. Calibração e controle de sistemas medidores de irregularidade de superfície de pavimento (Sistemas Integradores IPR/USP e Maysmeter). Procedimento. 18 páginas.
- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. NORMA DNER-PRO 182/1994. Medição da irregularidade de superfície de pavimento com sistemas integradores IPR/USP e Maymeter. Procedimento. 09 páginas.
- American Society for Testing and Materials. ASTM E 303/2018. Standard Test Method for Measuring Surface Frictional Properties Using the British Pendulum Tester. 06 páginas.
- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. NORMA DNER-PRO 277/1997. Metodologia para controle estatístico de obras e serviços. Procedimento. 07 páginas.
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. NORMA DNIT 011/2004 – PRO. Gestão da qualidade em obras rodoviárias. Procedimento. 15 páginas.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 11862:2020. Sinalização horizontal viária — Tinta acrílica à base de solvente — Requisitos. 09 páginas.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 7396:2017. Sinalização horizontal viária - Material para sinalização - Terminologia. 10 páginas.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 14405:2015 – Sinalização Horizontal – Tintas – Procedimentos para execução de demarcação e avaliação. 07 páginas.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 15438:2020 – Sinalização Horizontal – Tintas – Métodos de ensaio. 43 páginas.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 7397:2016 –

Produto de aço e ferro fundido galvanizado por imersão a quente — Determinação da massa do revestimento por unidade de área — Método de ensaio. 12 páginas.

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 7398:2015 – Produto de aço e ferro fundido galvanizado por imersão a quente - Verificação da aderência do revestimento - Método de ensaio. 13 páginas.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 14644:2021 – Sinalização viária – Películas – Requisitos. 16 páginas.
- ABNT NBR 1010/20.
- Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

7. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO

A presente contratação tem como finalidade atender à necessidade premente da Secretaria de Mobilidade Urbana de Cabedelo – SEMOB, no tocante à melhoria da segurança viária do município por meio da implantação de ondulações transversais (lombadas físicas). A medida visa reduzir a velocidade dos veículos em trechos estratégicos da malha urbana, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e as diretrizes estabelecidas pela Resolução CONTRAN nº 973/2022 e pelo Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume VI.

O Estudo Técnico Preliminar - ETP realizado pela SEMOB aponta que as ações de implantação e manutenção de ondulações transversais (lombadas física), têm se mostrado insuficientes para coibir o excesso de velocidade em áreas de alto fluxo de pedestres e veículos. Tais áreas incluem, principalmente, entornos de escolas, hospitais, cruzamentos perigosos e zonas residenciais de alta densidade demográfica, cuja urbanização recente impulsionou o aumento de tráfego e velocidade.

A solução proposta no ETP considera, de forma técnica e econômica, que a contratação de uma única empresa especializada para a execução completa dos serviços – incluindo a construção das lombadas, sinalização horizontal e vertical – é a mais vantajosa. Esta abordagem proporciona maior padronização na execução, simplifica a fiscalização contratual e centraliza a responsabilidade, resultando em maior eficiência operacional, conforme demonstrado na análise comparativa entre as alternativas estudadas no ETP.

Além disso, a escolha do material asfáltico como base para as lombadas físicas oferece maior economicidade, agilidade na execução e conforto aos usuários. Esta escolha está alinhada com os critérios técnicos e normativos definidos pelo DNIT, DNER e ABNT, garantindo a conformidade legal e técnica da contratação.

Portanto, a contratação da solução apresentada no ETP é justificada não apenas pela necessidade concreta de intervenção para moderação da velocidade do tráfego, mas também por demonstrar-se a alternativa mais eficiente, segura, economicamente viável e tecnicamente adequada ao contexto da malha viária urbana de Cabedelo.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução completa da implantação de ondulações transversais (lombadas físicas), com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, no sistema viário urbano do município de Cabedelo, em estrita conformidade com as especificações do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito (MBST – Volume VI) e da Resolução CONTRAN nº 973/2022.

A intervenção tem como foco a moderação de tráfego e a promoção da segurança viária em pontos estratégicos da cidade, sobretudo em locais com alta circulação de pedestres e veículos, como zonas escolares, hospitalares, praças e áreas residenciais de grande densidade populacional.

A solução contempla, de forma integrada e padronizada, as seguintes etapas principais:

- **Implantação das lombadas** físicas em asfalto pré-misturado a frio, conforme normas técnicas do DNIT, DNER e ABNT, respeitando os critérios geométricos definidos pelo MBST;
- **Sinalização horizontal**, com pintura de faixas oblíquas sobre as ondulações, utilizando tinta acrílica de alta durabilidade e refletância;
- **Sinalização vertical**, com instalação de placas de advertência em ambos os sentidos das vias onde houver implantação de lombadas, obedecendo aos parâmetros técnicos e dimensionais da legislação de trânsito.

A escolha da execução completa por uma única empresa visa assegurar a uniformidade dos procedimentos técnicos, facilitar a fiscalização do contrato, reduzir a fragmentação de responsabilidades e evitar incompatibilidades entre

as fases do serviço, além de garantir maior eficiência operacional e menor risco de atrasos na execução.

Além das ações corretivas em vias atualmente críticas, a contratação também prevê a implantação futura em novos pontos identificados como suscetíveis a riscos viários, o que assegura flexibilidade e prontidão na resposta às dinâmicas da mobilidade urbana.

Dessa forma, a solução proposta assegura o atendimento às diretrizes da Política Nacional de Trânsito, promove um ambiente urbano mais seguro e ordenado, e fortalece a eficiência na gestão pública de mobilidade.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. O prazo máximo de mobilização da contratada para o início das atividades não deverá ser superior a 10 (dez) dias contados da emissão da Ordem de Serviço.

9.2. Os serviços, objeto deste Termo de Referência, deverão ser realizados pela Contratada por sua conta, risco e expensas, na cidade de Cabedelo, Paraíba, conforme Ordens de Serviços emitidas pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SEMOB).

9.3. Os serviços contratados deverão ser registrados em Anotação De Responsabilidade Técnica (ART) do engenheiro responsável no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou o Registro De Responsabilidade Técnica (RRT) do arquiteto no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar do início da execução do contrato e encaminhar as vias de ART/RRT pagas para o fiscal do contrato, para assinatura e arquivo.

9.4. Providenciar, por sua conta e responsabilidade, até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do instrumento de Contrato, a matrícula do serviço/obra junto a Receita Federal - Cadastro Nacional de Obras.

9.5. Durante a execução dos serviços de sinalização em via pública, é de responsabilidade da Contratada.

9.6. A sinalização de advertência dos bloqueio do trecho e de deve estar de acordo com as exigências nos manuais de sinalização do CTB.

9.6.1. Manter seus funcionários identificados, portando crachá de identificação, com dados pessoais (nome completo, RG, data de nascimento), foto e tipo sanguíneo;

9.6.2. O uso de EPIs pelos funcionários da empresa contratada, conforme Anexo I da NR6, principalmente os equipamentos de proteção de membros superiores e inferiores contra materiais cortantes e materiais químicos e de alta temperatura (na execução de demarcação a quente), ou seja, luvas e calçados de segurança, mangas e calças, colete com material retrorrefletivo para visibilidade no tráfego, óculos de proteção no manuseio de tintas e solventes, proteção contra raios solares e demais EPIs que se julgarem necessários;

9.6.3. Utilizar medidas de proteção contra acidentes de forma coletiva através de correta sinalização do trecho sinalizado, com a utilização de cones, cavaletes, placas de advertência e iluminação (quando serviço noturno);

9.6.4. Os veículos e equipamentos a serem utilizados para a execução dos serviços deverão estar identificados com o nome da empresa contratada e com adesivo “A SERVIÇO DA SEMOB”, conforme modelo fornecido pelo fiscal do contrato.

9.7. No caso de não atendimento de qualquer uma das exigências do item anterior, a contratante poderá:

9.7.1. Interromper a execução dos serviços até que as medidas de segurança e identificação sejam providenciadas;

9.7.2. No caso de reincidência, a contratante poderá aplicar multa conforme previsto em contrato.

9.8. Após a prestação do serviço, os locais deverão ficar limpos e livres de quaisquer materiais e equipamentos de execução, como: sobras de tintas, colas, tachas e tachões, cordas, rolos e pincéis, sucatas retiradas da pista e lixos gerados pela execução.

9.9. Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos órgãos Fiscalizadores para o perfeito fornecimento do objeto deste termo sem ônus adicionais para a Prefeitura Municipal de Cabedelo.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato, a Secretaria de Mobilidade Urbana – SEMOB poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A Contratada deverá nomear um preposto da empresa: profissional da empresa contratada formalmente designado(a) pela contratada, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

10.7. A Contratada deverá manter o preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

10.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

10.9. Toda a comunicação entre o fiscal do contrato e a empresa contratada, como: emissão e recebimento de ordens de serviço, cronograma de execução, regularidade técnica dos serviços prestados e medições de serviços, deverá ser realizada através do preposto nomeado pela empresa.

10.10. A orientação e supervisão dos serviços prestados pela contratada deverá se dar pelo fiscal do contrato para o preposto e do preposto para os encarregados e demais funcionários da empresa.

10.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.12. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de

2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventual aplicação de sanções.

10.13. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, art. 117, §1º).

10.14. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. (Lei nº 14.133, art. 117, §2º).

10.15. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual. (Lei nº 14.133, art. 117, §3º).

10.16. O fiscal de contrato deverá seguir as demais regras referentes à sua atuação presentes no Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

10.17. Mediante o exposto na no art. 8º, § 3º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, o seu substituto, deverá atuar de acordo com as regras referentes à sua atuação impostas no Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

11. LOCAL A SER CONTEMPLADO PELO SERVIÇO

11.1. A execução dos serviços de implantação e manutenção das ondulações transversais (lombadas físicas) será realizada nos locais indicados pela CONTRATANTE, conforme suas necessidades, mediante emissão prévia de Ordens de Serviço.

11.2. A sede da Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMOB), situada na BR-230, Km 7,5, s/n, CEP 58102-016, no bairro de Intermares, no município de Cabedelo – PB, será considerada o endereço oficial para o envio de correspondências, a realização de reuniões e o tratamento de demais assuntos pertinentes ao objeto licitado.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

12.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

12.3. PROPOSTA

12.3.1. A proposta deverá ser elaborada em consonância com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação do valor global da proposta; do prazo de execução; das condições de pagamento; e da sua validade.

12.3.2. A proposta deverá conter a planilha de preços unitários, conforme fornecida pela PMC. O licitante vencedor será aquele que apresentar proposta que contenha o menor preço para o objeto do presente Termo de Referência e seus anexos.

12.3.3. No valor proposto deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e fiscais, contribuições sociais (PIS, COFINS, ISS), e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

12.3.4. A proposta de preços deverá ser elaborada tendo como base as condições estabelecidas neste Termo de Referência, projetos, demais anexos pertinentes, bem como no Edital, devendo apresentar as seguintes indicações, sob pena de desclassificação:

12.3.5. Prazo de validade da proposta e o prazo de execução dos serviços, conforme indicados neste Termo de Referência e/ou Edital;

12.3.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

12.3.7. Orçamento detalhado com a indicação dos respectivos preços unitários unitários e total, calculado pela multiplicação dos preços unitários pelas respectivas quantidades (utilizar o comando ARRED do Excel com duas casas decimais) para obter-se o total do item ou subitem, obedecendo preferencialmente à sequência estabelecida pela planilha orçamentária que constitui o projeto, devendo as especificações, unidades e quantidades dos serviços estarem rigorosamente idênticas às constantes daquela planilha;

12.3.8. As planilhas constantes da proposta deverão ser assinadas por quem de direito, nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 5.194/66.

12.3.9. Composição detalhada do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) utilizada para compor os preços ofertados, discriminando despesas administrativas, despesas financeiras, tributos e rentabilidade, sob pena de

imediate desclassificação;

12.3.10. As parcelas relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL não deverão ser incluídas no BDI, por se tratar de despesas diretas e personalística, que devem onerar pessoalmente o Contratado, não admitindo o repasse ao Contratante. (Súmula 254/10 – TCU);

12.3.11. A composição de cada um dos preços unitários, formadores dos preços oferecidos, de forma clara, bem explicita e detalhada, sob pena de imediata desclassificação;

12.3.12. Deverão estar incluídos nos preços unitários, todos os custos com materiais, equipamentos, inclusive transportes, carga e descarga, mão de obra com seus respectivos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos, BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) e quaisquer outros encargos que incidam sobre o serviços a serem executados, assim como as despesas de conservação e vigilância dos mesmos, até a entrega final do objeto/serviço ao Município de Cabedelo-PB.

12.3.13. A inobservância da disposição contida nos subitens anteriores ensejará a desclassificação da proposta.

12.3.14. A soma dos elementos constantes da planilha de custo do licitante será o preço total da proposta, sendo que o preço final poderá variar para mais ou para menos, de acordo com as medições que serão realizadas pelo Município de Cabedelo-PB, durante o desenvolvimento do objeto/serviço, obedecido o limite estabelecido no Art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas legais pertinentes.

12.3.15. Os preços ofertados serão considerados fixos e irredutíveis pelo prazo de 12 meses.

12.3.16. Em caso de divergências entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão sempre os primeiros, corrigindo-se os valores finais.

12.3.17. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe no Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

12.3.18. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de

lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo agente de contratação.

12.3.19. Para classificação das propostas atualizadas, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora nos termos do art. 56, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021, e quando for o caso, demais informações que se fizerem necessárias para adequação ao projeto.

12.3.20. Serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, poderá ser dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta.

12.3.21. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.22. Os interessados deverão apresentar intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, e este deverá ser de 1% do valor do contrato, visando assegurar uma razoabilidade proporcional, permitindo que a sessão pública seja mais eficiente. (art. 57 da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.23. Deverá ser adotado para o envio de lances no certame o modo de disputa "aberto", tendo em vista tratar-se do critério de julgamento de "menor preço" nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.24. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

12.3.25. Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da

multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

12.3.26. No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

12.3.27. Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo serviço, prevalecerá o de menor valor.

12.3.28. No valor proposto deverá estar incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.4. DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Além dos requisitos que se fizerem necessários no Edital, as interessadas deverão apresentar:

12.4.1. Registro da empresa ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, devidamente atualizado nos termos do art. 10 da Resolução nº 1.121/2019 ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

12.4.2. Comprovação de capacidade técnico-profissional:

12.4.2.1. Comprovação de que a licitante possua em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional devidamente registrado no conselho profissional competente (CREA ou CAU, quando for o caso), detentor de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CATs), por execução a qualquer tempo, e emitido(s) por qualquer uma das regiões do CREA ou CAU, de obra e/ou serviço de características semelhantes ao objeto do presente certame, indicando-se, para os fins do § 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/21, como parcelas de maior relevância e valor significativo, os seguintes serviços:

- a) MISTURA BETUMINOSA A FRIO, EXECUTADA EM BETONEIRA – FAIXA C – AREIA E BRITA COMERCIAIS.

- b) PINTURA DE FAIXA COM TINTA ACRÍLICA – ESPESSURA DE 0,6 MM.

12.4.3. Comprovação de capacidade técnico-operacional:

12.4.3.1. Comprovação, através de Certidão de Acervo Operacional (CAO) fornecida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) em favor da empresa, conforme Art. 53 da Resolução 1137/23 do CONFEA, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/21 sendo consideradas para avaliação da similaridade dos serviços as seguintes parcelas de maior relevância técnica, comprovando os seguintes:

- a) MISTURA BETUMINOSA A FRIO, EXECUTADA EM BETONEIRA – FAIXA C – AREIA E BRITA COMERCIAIS = **50m³**.
- b) PINTURA DE FAIXA COM TINTA ACRÍLICA – ESPESSURA DE 0,6 MM = **750m²**.

12.4.4. Será(ão) aceito(s) atestado(s) como comprovação de capacidade técnica operacional, em que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior para serviços e obras concluídos antes da publicação da Resolução 1137/23 do CONFEA/CREA. Posteriormente a publicação da Resolução 1137/23 do CONFEA/CREA, será aceito como comprovação de capacidade técnica operacional o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do CREA, a Certidão de Acervo Operacional (CAO) registrada.

12.4.5. Na ausência evidente de serviços e quantitativos apresentados na CAO, deverá a licitante apresentar atestado(s) técnico fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em favor da empresa para subsidiar a comprovação técnica operacional nas atividades técnicas referenciadas e exigidas de acordo com o item 6.3.1.

12.4.6. Para as empresas registradas no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), a comprovação técnica operacional ocorrerá através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em favor da empresa, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional

equivalente ou superior, referenciadas e exigidas de acordo com o item 5.3.1, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/21.

12.4.7. A comprovação do vínculo do profissional detentor do atestado técnico apresentado será feita mediante cópia do contrato e da Carteira Profissional, no caso de empregado da empresa, ou através de registro deste empregado como integrante do quadro permanente da licitante, comprovado através da Certidão de Registro de Quitação - CRQ, expedida pelo CREA ou CAU, ou ainda através da apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado no órgão competente, no caso de proprietário ou sócio, ou mediante apresentação de cópia do contrato de prestação de serviços firmado sob a égide da legislação civil, e caso dito contrato ainda não tenha sido firmado, por meio de declaração formal de contratação futura do profissional indicado, acompanhada de anuência deste;

12.4.8. O(s) profissional(ais) referido(s) no item 6.2.1. desse Termo de Referência, que for(em) indicado(s) como responsável(eis) técnico(s) para o objeto desta licitação, deverá(ão) participar futuramente da execução do contrato, por ser os detentores dos atestados de responsabilidade técnica apresentados. Caso haja necessidade, por algum motivo, fazer a substituição do responsável técnico ao longo da execução contratual, a substituição estará condicionada à aprovação prévia da Administração, desde que seja por outro profissional detentor de atestados de responsabilidade técnica apresentado, com experiência equivalente ou superior ao inicialmente indicado, conforme dispõe o art. 67 §6º da Lei nº 14.133/21.

12.4.9. Caso a licitante não queira realizar a visita, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza e do escopo dos serviços, bem como das exigências ambientais, assumindo total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Município de Cabedelo-PB. (ACÓRDÃO 1842/2013 – TCU - PLENÁRIO; ACÓRDÃO 2126/2016 – TCU - PLENÁRIO).

12.4.10. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (art. 67, inciso III da Lei nº 14.133/21).

12.4.11. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, inciso VI da Lei nº 14.133/21).

12.4.12. Na documentação de que trata o item 6.2.1., não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

13.CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

13.1. Executado o objeto contratual e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

13.1.1. Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado.

13.1.2. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

13.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

13.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

14.CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1. DAS MEDIÇÕES

14.1.1. As medições serão realizadas com período fixo de 30 dias, com exceção da primeira e última medições. E seguidas as seguintes condições:

14.1.2. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e suas modificações expressa e previamente aprovadas pela CONTRATANTE.

14.1.3. A medição de serviços/obras será baseada em relatórios periódicos elaborados pela CONTRATADA, registrando os levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados.

14.1.4. A discriminação e quantificação dos serviços/obras considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas de orçamento anexas ao contrato, inclusive critérios de medição e pagamento.

14.1.5. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados acordados;
- b) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.2. DA LIQUIDAÇÃO

14.2.1. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

14.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.3. DO PAGAMENTO

14.3.1. O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21 da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias , contados do período de adimplemento.

14.3.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto houver pendência de liquidação de eventuais obrigações financeiras, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14.3.3. Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado.

14.3.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.3.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.3.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

15.1. DO CONTRATANTE

15.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este Termo de Referência, o contrato e seus anexos.

15.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

15.1.3. Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.

15.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de servidor especialmente designado, mediante o estabelecido no art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.5. Aplicar à Contratada as sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, no Contrato e neste Termo de Referência.

15.2. DA CONTRATADA

15.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e em seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

15.2.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 137, inc. II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

15.2.3. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 119).

15.2.4. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 120).

15.2.5. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 121).

15.2.6. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 309.737,57 (trezentos e nove mil setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos)**, conforme custos unitários e totais constantes em planilha de previsão orçamentária em anexo.

16.2. Todos os preços unitários apresentados na planilha orçamentaria são referenciados pelo SICRO (Sistema de Custos Referenciais de Obras) com data-base de **JANEIRO/2025**

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por meio das dotações orçamentárias do orçamento em vigor, aprovado pela Lei nº 2.433 de 27 de dezembro de 2024 e especificadas na tabela a seguir:

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA
Unidade Orçamentária: 02.240 – SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA
Elemento de Despesa: 4490.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES
Elemento de Despesa: 3390.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso: 15001000 – RECURSOS LIVRES (ORDINÁRIO)

18. PENALIDADES

18.1. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Licitante ou a Contratada estão sujeitas às sanções dispostas nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

19. DO ENQUADRAMENTO DO SERVIÇO

19.1. A lei Nº 14.133/2021 orienta em seu Art. 6, Inciso XI, que serviço é definido como uma atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração. Ademais, no mesmo Art. 6, Inciso XIII, a caracterização de serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade, podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Além disso, caracterizando especificadamente para execução de serviços comuns de engenharia, define em seu inciso XXI do mesmo artigo,

como todo serviço que tem por objeto ações, objetivamente padronizável em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

19.2. As características da prestação dos serviços em epígrafe referem-se a um SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA, pois trata-se de um serviço de pavimentação e drenagem, o qual é usualmente executado com paralelepípedo granítico e tubo de concreto, com mercado difundido e usualmente caracterizado em termos de padronização, de desempenho e de qualidade. Sendo assim, o objeto a ser executado trata-se de um serviço que irá receber adequação e adaptação objetivamente padronizável em termos de desempenho, de qualidade e de manutenção, através de processo comum por suas condições pertencentes a uma atividade regular de mercado consolidado.

20. JUSTIFICATIVA PARA INVERSÃO DE FASES

A presente licitação será realizada com inversão de fases, de modo que a habilitação dos licitantes antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, com o objetivo de garantir a melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame.

A adoção da inversão de fases trará como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da capacidade de execução dos serviços por parte dos licitantes, assegurando o atendimento aos parâmetros mínimos de qualidade exigidos. Tal medida também visa evitar distorções nos preços, que poderiam ocorrer com a realização da disputa de lances antes da análise da capacidade técnica dos concorrentes.

Dessa forma, a fase de lances ocorrerá somente após a análise e aprovação da documentação de habilitação, sendo o critério de julgamento o menor preço, entre aquelas empresas previamente qualificadas. Ressalta-se que o objeto da licitação refere-se à implantação e manutenção de ondulações transversais (lombadas físicas), serviços que impactam diretamente a rotina da população, exigindo, portanto, propostas tecnicamente coerentes e exequíveis, capazes de assegurar a qualidade da execução contratual.

Cumprir destacar que um dos princípios fundamentais do processo licitatório é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, o que não se resume apenas ao menor preço, mas à plena capacidade de execução do objeto. Nesse sentido, o art. 17, §1º da Lei nº 14.133/2021 permite, mediante justificativa motivada e demonstração dos benefícios decorrentes, que a fase de habilitação anteceda as demais etapas, desde que previsto expressamente no edital. Com base nesse dispositivo legal e na

justificativa ora apresentada, justifica-se a adoção da inversão de fases no presente processo administrativo, em respeito ao interesse público e à boa gestão dos recursos públicos.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Esclarecimentos e informações adicionais acerca deste Termo de Referência poderão ser solicitados junto a Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMOB) localizada na BR-230, Km 7,5, s/n, Bairro de Intermares - Cabedelo/PB ou pelo Telefone: (83) 3206-0545 / 3206-0546.

21.2. Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato são de responsabilidade única e exclusiva da Contratada.

21.3. A Contratada obriga-se a manter, no mínimo, 01 (um) engenheiro diretamente vinculado ao objeto da licitação.

21.4. A Contratada reconhece o direito do Município de Cabedelo – PB de paralisar a qualquer tempo ou suspender a execução dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, sem qualquer indenização pelos materiais que não estiverem aplicados dentro das especificações prévias, bem como sem qualquer ônus, encargos ou indenizações pelos materiais já colocados no canteiro da obra.

21.5. A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao Município de Cabedelo – PB ou a terceiros, na execução dos serviços contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o Município de Cabedelo – PB de todas e quaisquer reclamações pertinentes.

21.6. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

21.7. A Contratada é obrigada, às suas expensas, a comprar e manter na obra livro(s) de ocorrências, aprovado(s) e rubricado(s) pelo Fiscal de Obras, onde serão anotadas quaisquer alterações ou ocorrências, não sendo tomadas em consideração pelo Município de Cabedelo – PB, reclamações ali não registradas.

21.8. A Contratada obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer danos ou perdas que os mesmos venham a sofrer, obrigando-se até a entrega final, como fiel depositária dos mesmos.

21.9. A Contratada deverá fornecer a todos os seus empregados a serviço do Município de Cabedelo – PB, os Equipamentos de Proteção Individual, levando em consideração a periodicidade, a quantidade, o tipo e a qualidade dos mesmos, dentro das especificações exigidas pelo Ministério do Trabalho, com relação ao Certificado de Aprovação – C. A. e/ou Certificado de Registro do Importador – CRI (NR6).

21.10. A Contratada deverá confeccionar e colocar no mínimo 01 (uma) placa indicativa no local dos serviços no modelo padrão indicado do Município de Cabedelo – PB.

21.11. Os serviços objeto deste termo serão regidas pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT e pelas demais especificações técnicas do projeto.

21.12. As demais informações técnicas necessárias, bem como o planejamento da contratação, estão estipuladas no estudo técnico preliminar.

21.13. Fica estabelecido o foro da cidade de Cabedelo, para dirimir questões legais.

Autores:

Petrônio Silva Pereiara

Assessor Técnico Especializado - Matrícula: 07.264-8

Roberta Kelly Pereira da Silva

Subgerente Financeira — Matrícula: 07.761-5

Cabedelo, 19 de maio de 2025.

ANEXO A

- PLANILHAS ORÇAMENTARIAS;
- MEMÓRIA DE CÁLCULO;
- CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO;
- SÍNTESE DO MANUAL BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO -
DISPOSITIVOS AUXILIARES - ONDULAÇÕES
TRANSVERSAIS;
- MODELOS DE PLACAS DE AVERTÊNCIAS.

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA - SEMOB		DATA BASE		B.D.I.		ENCARGOS SOCIAIS	
OBRA: Implantação de lombadas físicas		JAN/2025		20,30%	SERVIÇOS	114,59%	HORAS
MUNICIPIO: Cabeldo		SICRO3		14,02%	EQUIP. E MAT.	70,27%	MÊS
ENDEREÇO DA OBRA: Município de Cabeldo		NÃO DESONERADO					


PLANILHA DE PREVISÃO ORÇAMENTARIA - SINTÉTICO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total com BDI	Peso (%)
1			EXECUÇÃO DA LOMBADA					R\$ 105.370,69	34,02 %
1.1	4011212	SICRO3	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico	m²	2.079,00	R\$ 0,07	R\$ 0,07	R\$ 145,53	0,05 %
1.2	4011353	SICRO3	Pintura de ligação	m²	2.079,00	R\$ 1,53	R\$ 1,82	R\$ 3.783,78	1,22 %
1.3	CUP - 001 Lombada física em asfaltq.	Próprio	Mistura betuminosa a frio executada em betoneira - faixa C - areia e brita comerciais (Cópia da SICRO (4916290))	m³	83,16	R\$ 868,34	R\$ 1.041,07	R\$ 86.575,38	27,95 %
1.4	CP 00015	Próprio	Demolição controlada de concreto asfáltico com martelete	m³	20,00	R\$ 634,91	R\$ 743,30	R\$ 14.866,00	4,80 %
2			SINALIZAÇÃO HORIZONTAL					R\$ 37.868,68	12,23 %
2.1	5213401	SICRO3	Pintura de faixa com tinta acrílica - espessura de 0,6 mm	m²	1.029,60	R\$ 30,71	R\$ 36,78	R\$ 37.868,68	12,23 %
3			SINALIZAÇÃO VERICAL					R\$ 166.498,20	53,75 %
3.1	CPU PMSB 31	Próprio	Placa Advertência (L=0,45m) em aço nº 18 galvanizado com película retrorrefletiva tipo III + SI - confecção - Cópia da SICRO (5213415)	und	396,00	R\$ 182,28	R\$ 218,66	R\$ 86.589,36	27,96 %
3.2	CUP - 001 Lombada física em asfalt.	Próprio	Tubo de 3,50m em aço galvanizado + Suporte metálico galvanizado para placa de advertência ou regulamentação - simples ou compostas - Cópia da SICRO (5213863) - fornecimento e implantação	und.	396,00	R\$ 167,17	R\$ 201,79	R\$ 79.908,84	25,80 %

Total sem BDI	R\$	258.236,96
Total do BDI	R\$	51.500,61
Total Geral	R\$	309.737,57

Assintura Digital

PETRÔNIO SILVA PEREIRA
Engenheiro Civil
CREA- 1613136545 / Matrícula: 07.264-8

<div><div><div>CABELO</div><div>GOVERNO MUNICIPAL</div></div></div>	SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA - SEMOB	DATA BASE	B.D.I.		ENCARGOS SOCIAIS	
	OBRA: Implantação de lombadas físicas	NOV/2024	20,30%	SERVIÇOS	114,59%	HORAS
	MUNICÍPIO: Cabelo	SICRO3	14,02%	EQUIP. E MAT.	70,27%	MÊS
	ENDEREÇO DA OBRA: Município de Cabelo	NÃO DESONERADO				

PLANILHA DE PREVISÃO ORÇAMENTARIA - ANALITICA

EXECUÇÃO DA LOMBADA									
1									
1.1									
Composição		Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
		4011212	SICRO3	Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico		m²	1,0000000	0,07	0,07
A									
		Código	Banco	Equipamentos	Quantidade	Utilização	Custo Operacional	Custo Horário	
Insumo		E9577	SICRO3	Trator agrícola sobre pneus - 77 kW	1,0000000	Operativa 1,00 Improdutiva 0,00	Operativa 150,7841 Improdutiva 54,7270		
Insumo		E9544	SICRO3	Vassoura mecânica rebocável com largura de 2,44 m	1,0000000	1,00	13,4823	8,6818	
Custo Horário de Equipamentos =>									
Custo Horário de Execução =>									
Fator de Influencia da Chuva - FIC =>									
Custo do FIC =>									
Produção de Equipe =>									
Custo Unitário de Execução =>									
MO sem LS =>									
LS =>									
MO com LS =>									
Valor com BDI =>									
Quant. => 2.079,00000000 Preço Total =>									
105.370,69									

1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	4011353	SICRO3	Pintura de ligação	ASTU	m²	1,0000000	1,53	1,53
A	Código	Banco	Equipamentos	Quantidade	Utilização	Custo Operacional	Custo Horário	
Insumo	E9509	SICRO3	Caminhão tanque distribuidor de asfalto com capacidade de 6.000 l - 7 kW/136 kW	1,0000000	Operativa 1,00 Improdutiva 0,00	Operativa 257,1521 Improdutiva 71,0666		257,1521
Insumo	E9558	SICRO3	Tanque de estocagem de asfalto com capacidade de 30.000 l	2,0000000	1,00	59,2099	40,4447	118,4198
B	Código	Banco	Mão de Obra	Quantidade		Custo Horário de Equipamentos =>	Salário Hora	Custo Horário
Insumo	P9824	SICRO3	Servente	2,0000000			19,9906	39,9812

Assinado por 1 pessoa: PETRÔNIO SILVA PEREIRA

Assinado por 2 pessoas: PETRÔNIO SILVA PEREIRA e ROBERTA KELLY PEREIRA DA SILVA

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://catedelo.1doc.com.br/verificacao/8B96-20A2-5220-8720> e informe o código 8B96-20A2-5220-8720

Custo Horário da Mão de Obra => 39,9812

Adc.M.O. - Ferramentas (0,0%) => 0,0000

Custo Horário de Execução => 415,5531

Fator de Influencia da Chuva - FIC => 0,0026

Custo do FIC => 0,0007

Produção de Equipe => 1.500,0000

Custo Unitário de Execução => 0,2770

C	Banco	Código	Material	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Custo Horário
Insumo	SICRO3	M1946	Emulsão asfáltica - RR-1C	0,0004500	t	2,780,7400	1,2513
Custo Total do Material =>							1,2513
				MO sem LS => 0,03	LS => 0,00	MO com LS => 0,03	0,03
				Valor do BDI => 0,29	Valor com BDI => 1,82		1,82
Quant. => 2.079,00000000 Preço Total =>							3.783,78

1.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CUP - 001	Próprio	Mistura betuminosa a frio executada em betoneira - faixa C - areia e brita comerciais (Cópia da SICRO (4916290))	URBA - URBANIZAÇÃO	m³	1,00000000	868,34	868,34
A	Código	Banco	Equipamentos	Quantidade	Utilização Operativa	Improdutiva	Custo Operacional Operativa	Custo Horário
Insumo	E9519	SICRO3	Betoneira com motor a gasolina com capacidade de 600 l - 10 kW	1,00000000	1,00	0,00	48,5622	48,5622
Insumo	E9558	SICRO3	Tanque de estocagem de asfalto com capacidade de 30.000 l	1,00000000	1,00	0,00	59,2099	59,2099
Insumo	E9071	SICRO3	Transportador manual carrinho de mão com capacidade de 80 l	3,00000000	0,80	0,20	0,7265	2,0399
Custo Horário de Equipamentos =>							109,8120	

B	Código	Banco	Mão de Obra	Quantidade	Salário Hora	Custo Horário
Insumo	P9824	SICRO3	Servente	5,00000000	19,9906	99,9530
					Custo Horário da Mão de Obra =>	99,9530
					Custo Horário de Execução =>	209,7650
					Fator de Influencia da Chuva - FIC =>	0,0000
					Custo do FIC =>	0,0000
					Produção de Equipe =>	2,4828
					Custo Unitário de Execução =>	84,4886



C	Banco	Código	Material	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Custo Horário	
Insumo	SICRO3	M0028	Areia média	0,3796800	m³	123,6387	46,9431	
Insumo	SICRO3	M0005	Brita 0	0,2068800	m³	168,1533	34,7876	
Insumo	SICRO3	M0191	Brita 1	0,4502600	m³	149,0844	67,1267	
Insumo	SICRO3	M0345	Cal hidratada - saco	87,6300000	kg	0,7668	67,1947	
Insumo	SICRO3	M1103	Pedrisco	0,3650900	m³	163,7766	59,7932	
Insumo	Próprio	M0002	EMULSAO ASFALTICA RM-1C PARA USO EM PAVIMENTACAO ASFALTICA (COLETADO CAIXA NA ANP NOV/24 CE)	0,1825500	t	2,746,4900	501,3717	
Custo Total do Material ==>							777,2170	
E	Banco	Insumo	Tempos Fixos	Código	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Custo Horário
Tempo Fixo	SICRO3	M0028	Carga, manobra e descarga de agregados ou solos em caminhão basculante de 6 m³ - carga com carregadeira de 1,72 m³ (exclusa) e descarga livre	5914641	0,5695200	t	1,9500	1,1106
Tempo Fixo	SICRO3	M0005	Carga, manobra e descarga de agregados ou solos em caminhão basculante de 6 m³ - carga com carregadeira de 1,72 m³ (exclusa) e descarga livre	5914641	0,3103200	t	1,9500	0,6051
Tempo Fixo	SICRO3	M0191	Carga, manobra e descarga de agregados ou solos em caminhão basculante de 6 m³ - carga com carregadeira de 1,72 m³ (exclusa) e descarga livre	5914641	0,6753900	t	1,9500	1,3170
Tempo Fixo	SICRO3	M0345	Carga, manobra e descarga de materiais diversos em caminhão carroceria de 5 t - carga e descarga manuais	5915474	0,0876300	t	28,9700	2,5386
Tempo Fixo	SICRO3	M1103	Carga, manobra e descarga de agregados ou solos em caminhão basculante de 6 m³ - carga com carregadeira de 1,72 m³ (exclusa) e descarga livre	5914641	0,5476400	t	1,9500	1,0679
Custo Total dos Tempos Fixos ==>							6,6392	
F	Banco	Insumo	Momento de Transporte	Quantidade	Unidade	Distância Média de Transporte (DMT)	Custo Horário	
						LN RP P		
Momento de Transporte	SICRO3	M0028	Areia média - Caminhão basculante com capacidade de 6 m³ - 136 kW	0,5695200	tkm	5914314 0,000 R\$ 1,24 5914329 0,000 R\$ 0,99 5914344 0,000 R\$ 0,81	0,0000	
Momento de Transporte	SICRO3	M0005	Brita 0 - Caminhão basculante com capacidade de 6 m³ - 136 kW	0,3103200	tkm	5914314 0,000 R\$ 1,24 5914329 0,000 R\$ 0,99 5914344 0,000 R\$ 0,81	0,0000	
Momento de Transporte	SICRO3	M0191	Brita 1 - Caminhão basculante com capacidade de 6 m³ - 136 kW	0,6753900	tkm	5914314 0,000 R\$ 1,24 5914329 0,000 R\$ 0,99 5914344 0,000 R\$ 0,81	0,0000	



Momento de Transporte	SICRO3 M0345	Cal hidratada - saco - Caminhão carroceria com capacidade de 5 t - 115 kW	0,0876300	tkm	5915322 0,000 R\$ 1,76	5915323 0,000 R\$ 1,41	5915324 0,000 R\$ 1,15	0,0000
Momento de Transporte	SICRO3 M1103	Pedrisco - Caminhão basculante com capacidade de 6 m³ - 136 kW	0,5476400	tkm	5914314 0,000 R\$ 1,24	5914329 0,000 R\$ 0,99	5914344 0,000 R\$ 0,81	0,0000

Custo total dos Momentos de Transportes ==>				0,0000				
MO sem LS ==>				41,16	LS ==>	0,00	MO com LS ==>	41,16
Valor do BDI ==>				172,73			Valor com BDI ==>	1,041,07
Quant. ==>				83,1600000			Preço Total ==>	86,575,38

1.4		Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição		CP 00015	Próprio	Demolição controlada de concreto asfáltico com marteleto	URBA - URBANIZAÇÃO	m³	1,0000000	634,91	634,91
A		Código	Banco	Equipamentos		Quantidade	Utilização	Custo Operacional	Custo Horário
Insumo		E9513	SICRO3	Compressor de ar portátil de 160,46 l/s (340 PCM) - 81 kW		1,0000000	Operativa 1,00 Improdutiva 0,00	Operativa 122,4609 Improdutiva 26,9363	122,4609
Insumo		E9706	SICRO3	Marteleto perfurador/rompedor a ar comprimido de 28 kg para concreto com capacidade de 1.230 gpm		4,0000000	1,00	28,6790	114,7160
Insumo		E9071	SICRO3	Transportador manual carrinho de mão com capacidade de 80 l		1,0292200	1,00	0,7265	0,7477
				Custo Horário de Equipamentos ==>					237,9246

B		Código	Banco	Mão de Obra		Quantidade	Salário Hora	Custo Horário
Insumo		P9824	SICRO3	Servente		1,0292200	19,9906	20,5747

C		Banco	Código	Material		Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Custo Horário
Insumo		SICRO3	M1391	Ponteiro para marteleto - D = 22 mm e C = 1,00 m		0,6666700	un	421,5716	281,0491
				Custo Total do Material ==>					281,0491
				MO sem LS ==>	28,16	LS ==>	0,00	MO com LS ==>	28,16
				Valor do BDI ==>	108,39			Valor com BDI ==>	743,30
				Custo Horário da Mão de Obra ==>		20,5747			
				Custo Horário de Execução ==>		258,4993			
				Fator de Influência da Chuva - FIC ==>		0,0000			
				Custo do FIC ==>		0,0000			
				Produção de Equipe ==>		0,7305			
				Custo Unitário de Execução ==>		353,8566			

Quant. ==> 20,00000000 Preço Total ==> 14,866,00

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL									
2									37,868,68
2.1		Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição		5213401 SICRO3	Pintura de faixa com tinta acrílica - espessura de 0,6 mm		m²	1,00000000	30,71	30,71	30,71
A		Código Banco	Equipamentos	Quantidade	Utilização Operativa	Improdutiva	Custo Operacional Operativa	Custo Horário	
Insumo		E9644 SICRO3	Caminhão demarcador de faixas com sistema de pintura a frio - 28 kW/115 kW	1,00000000	1,00	0,00	367,9994	150,9438	367,9994
Custo Horário de Equipamentos ==> 367,9994									
B		Código Banco	Mão de Obra	Quantidade			Salário Hora	Custo Horário	
Insumo		P9853 SICRO3	Pré-marcador	1,00000000			20,8740	20,8740	20,8740
Insumo		P9824 SICRO3	Servente	4,00000000			19,9906	79,9624	79,9624
Custo Horário da Mão de Obra ==> 100,8364									
Adc.M.O. - Ferramentas (0,0%) ==> 0,0000									
Custo Horário de Execução ==> 468,8358									
Fator de Influencia da Chuva - FIC ==> 0,0000									
Custo do FIC ==> 0,0000									
Produção de Equipe ==> 149,4000									
Custo Unitário de Execução ==> 3,1381									
C		Banco Código	Material	Quantidade	Unidade		Preço Unitário	Custo Horário	
Insumo		SICRO3 M2037	Microesferas refletivas de vidro tipo I-B	0,12000000	kg		9,2885	1,1146	1,1146
Insumo		SICRO3 M2038	Microesferas refletivas de vidro tipo II-A	0,35000000	kg		10,2254	3,5789	3,5789
Insumo		SICRO3 M2034	Solvente para tinta à base de resina acrílica	0,03000000	l		16,8491	0,5055	0,5055
Insumo		SICRO3 M2044	Tinta à base de resina acrílica emulsionada em água para pré-marcação viária	0,0009700	l		23,1191	0,0224	0,0224
Insumo		SICRO3 M2027	Tinta à base de resina acrílica estirenada para demarcação viária	0,60000000	l		37,1793	22,3076	22,3076
Custo Total do Material ==> 27,5290									
E		Banco Insumo	Tempos Fixos	Código	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Custo Horário	
Tempo Fixo		SICRO3 M2037	Carga, manobra e descarga de materiais diversos em caminhão carroceria de 15 t - carga e descarga manuais	5914655	0,0001200	t	31,5500	0,0038	0,0038



Tempo Fixo	SICRO3 M2038	Carga, manobra e descarga de materiais diversos em caminhão carroceria de 15 t - carga e descarga manuais	5914655	0,0003500	t	31,5500	0,0110
Tempo Fixo	SICRO3 M2034	Carga, manobra e descarga de materiais diversos em caminhão carroceria de 15 t - carga e descarga manuais	5914655	0,0000300	t	31,5500	0,0009
Tempo Fixo	SICRO3 M2027	Carga, manobra e descarga de materiais diversos em caminhão carroceria de 15 t - carga e descarga manuais	5914655	0,0008300	t	31,5500	0,0262

Custo Total dos Tempos Fixos ==> 0,0419							
F	Banco	Insumo	Momento de Transporte	Quantidade	Unidade	Distância Média de Transporte (DMT)	Custo Horário
						LN	P
Momento de Transporte	SICRO3 M2037	Microesferas refletivas de vidro tipo I-B - Caminhão carroceria com capacidade de 15 t - 188 kW		0,0001200	tkm	5914449 0,000 R\$ 1,04	5914479 0,000 R\$ 0,68
Momento de Transporte	SICRO3 M2038	Microesferas refletivas de vidro tipo II-A - Caminhão carroceria com capacidade de 15 t - 188 kW		0,0003500	tkm	5914449 0,000 R\$ 1,04	5914479 0,000 R\$ 0,68
Momento de Transporte	SICRO3 M2034	Solvente para tinta à base de resina acrílica - Caminhão carroceria com capacidade de 15 t - 188 kW		0,0000300	tkm	5914449 0,000 R\$ 1,04	5914479 0,000 R\$ 0,68
Momento de Transporte	SICRO3 M2027	Tinta à base de resina acrílica estirenada para demarcação viária - Caminhão carroceria com capacidade de 15 t - 188 kW		0,0008300	tkm	5914449 0,000 R\$ 1,04	5914479 0,000 R\$ 0,68

Custo total dos Momentos de Transportes ==> 0,0000							
		MO sem LS ==> 0,69	LS ==> 0,00	MO com LS ==> 0,69			
		Valor do BDI ==> 6,07		Valor com BDI ==> 36,78			
			Quant. ==> 1,029,6000000		Preço Total ==> 37,868,68		

SINALIZAÇÃO VERTICAL							
3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit
3.1	Composição	CPU PMSB Próprio 31	Placa Advertência (L=0,45m) em aço n° 18 galvanizado com película retrorrefletiva tipo III + SI - confecção - Cópia da SICRO (5213415)	URBA - URBANIZAÇÃO	und	1,0000000	182,28
A		Código	Banco	Equipamentos			
	Insumo	E9568	SICRO3	Furadeira de impacto de 12,5 mm - 0,80 kW			
	Insumo	E9753	SICRO3	Grupo gerador - 23 kVA			
				Quantidade	Utilização	Custo Operacional	Custo Horário
				Operativa	Improdutiva	Operativa	Improdutiva
				0,1506000	0,00	0,2160	0,1433
				0,4819300	0,00	27,2137	5,7304
							0,0325
							13,1151

							166.498,20
							Total
							182,28

Insumo	E9623 SICRO3	Máquina de bancada guilhotina - 4,00 kW	0,2008000	1,00	0,00	15,1014	9,5993	3,0324
Insumo	E9622 SICRO3	Máquina de bancada universal para corte de chapa - 1,50 kW	0,4819300	1,00	0,00	12,7792	8,1232	6,1587
Custo Horário de Equipamentos ==> 22,3387								
B	Código Banco	Mão de Obra	Quantidade				Salário Hora	Custo Horário
Insumo	P9801 SICRO3	Ajudante	2,0000000				21,0376	42,0752
Insumo	P9830 SICRO3	Montador	1,0000000				30,3017	30,3017
Insumo	P9823 SICRO3	Serralheiro	1,0000000				27,2007	27,2007
Insumo	P9824 SICRO3	Servente	2,0000000				19,9906	39,9812
Custo Horário da Mão de Obra ==> 139,5588								
Custo Horário de Execução ==> 161,8975								
Fator de Influencia da Chuva - FIC ==> 0,0000								
Custo do FIC ==> 0,0000								
Produção de Equipe ==> 4,0000								
Custo Unitário de Execução ==> 40,4744								
C	Banco Código	Material	Quantidade	Unidade			Preço Unitário	Custo Horário
Insumo	SICRO3 M1367	Chapa fina em aço galvanizado	2,3840000	kg			12,3438	29,4276
Insumo	SICRO3 M3225	Película retrorrefletiva tipo III + SI (sinal impresso com película de sobreposição tipo V)	0,2030000	m²			467,1403	94,8295
Custo Total do Material ==> 124,2571								
D	Banco Código	Atividades Auxiliares	Quantidade	Unidade			Preço Unitário	Custo Horário
Atividade Auxiliar	SICRO3 5212552	Pintura eletrostática a pó com tinta poliéster em chapa de aço	1,0000000	m²			17,1600	17,1600
Custo Total das Atividades ==> 17,1600								
E	Banco Insumo	Tempos Fixos	Código	Quantidade	Unidade		Preço Unitário	Custo Horário
Tempo Fixo	SICRO3 M1367	Carga, manobra e descarga de materiais diversos em caminhão carroceria de 15 t - carga e descarga com caminhão guindauto de 20 t.m	5914333	0,0117800	t		31,7300	0,3738
Tempo Fixo	SICRO3 M3225	Carga, manobra e descarga de materiais diversos em caminhão carroceria de 15 t - carga e descarga manuais	5914655	0,0004800	t		31,5500	0,0151
Custo Total dos Tempos Fixos ==> 0,3889								
F	Banco Insumo	Momento de Transporte	Quantidade	Unidade			Distância Média de Transporte (DMT)	Custo Horário
							LN RP P	



Momento de Transporte	SICRO3 M1367	Chapa fina em aço galvanizado - Caminhão carroceria com capacidade de 15 t - 188 kW	0,0117800	tkm	5914449 0,000 R\$ 1,04	5914464 0,000 R\$ 0,83	5914479 0,000 R\$ 0,68	0,0000
Momento de Transporte	SICRO3 M3225	Película retrorrefletiva tipo III + SJ (sinal impresso com película de sobreposição tipo V) - Caminhão carroceria com capacidade de 15 t - 188 kW	0,0004800	tkm	5914449 0,000 R\$ 1,04	5914464 0,000 R\$ 0,83	5914479 0,000 R\$ 0,68	0,0000

Custo total dos Momentos de Transportes ==>								
MO sem LS ==>			39,09	LS ==>	0,00	MO com LS ==>	39,09	
Valor do BDI ==>			36,38			Valor com BDI ==>	218,66	
Quant. ==>					396,0000000	Preço Total ==>	86.589,36	

3.2		Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CUP - 001	Próprio		Tubo de 3,50m em aço galvanizado + Suporte metálico galvanizado para placa de advertência ou regulamentação - simples ou compostas - Cópia da SICRO (5213863) - fornecimento e implantação	URBA - URBANIZAÇÃO	und.	1,00000000	167,17	167,17
		Lombada física em asfalt.							
A	Código	Banco	Equipamentos		Quantidade	Utilização	Custo Operacional	Custo Horário	
Insumo	E9687	SICRO3	Caminhão carroceria com capacidade de 5 t - 115 kW		1,00000000	Operativa 0,30	Operativa 144,9123	Improdutiva 56,1760	82,7969

B		Mão de Obra		Salário Hora		Custo Horário	
Insumo	P9830 SICRO3	Montador	1,0000000		30,3017	30,3017	
Insumo	P9824 SICRO3	Servente	1,0000000		19,9906	19,9906	

C	Banco	Código	Material	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Custo Horário
Insumo	SICRO3	M0789	Conjunto para fixação de placas em aço galvanizado composto por barra chata, abraçadeira, parafusos, porcas e arruelas	0,6970000	kg	29,9407	20,8687
Insumo	SICRO3	M0962	Tubo em aço galvanizado - E = 2,00 mm e D = 50,80 mm (2")	3,5000000	m	25,2198	88,2693
Custo Horário da Mão de Obra =>							50,2923
Custo Horário de Execução =>							133,0892
Fator de Influencia da Chuva - FIC =>							0,0000
Custo do FIC =>							0,0000
Produção de Equipe =>							4,1000
Custo Unitário de Execução =>							32,4608



D	Banco	Código	Atividades Auxiliares	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Custo Horário		
Atividade Auxiliar	SICRO3	1107892	Concreto fok = 20 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais	0,0502700	m³	459,5500	23,1016		
Atividade Auxiliar	SICRO3	4805750	Escavação manual em material de 1ª categoria na profundidade de até 1 m	0,0502700	m³	40,6200	2,0420		
Atividade Auxiliar	SICRO3	5914655	Carga, manobra e descarga de materiais diversos em caminhão carroceria de 15 t - carga e descarga manuais	0,0127200	t	31,5500	0,4013		
Custo Total das Atividades =>							25,5449		
E	Banco	Insumo	Tempos Fixos	Código	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Custo Horário	
Tempo Fixo	SICRO3	M0789	Carga, manobra e descarga de materiais diversos em caminhão carroceria de 15 t - carga e descarga manuais	5914655	0,0007000	t	31,5500	0,0221	
Custo Total dos Tempos Fixos =>							0,0221		
F	Banco	Insumo	Momento de Transporte	Quantidade	Unidade	Distância Média de Transporte (DMT)	Custo Horário		
Momento de Transporte	SICRO3	M0789	Conjunto para fixação de placas em aço galvanizado composto por barra chata, abraçadeira, parafusos, porcas e arruelas - Caminhão carroceria com capacidade de 15 t - 188 kW	0,0007000	tkm	LN 5914449 0,000 R\$ 1,04 RP 5914464 0,000 R\$ 0,83 P 5914479 0,000 R\$ 0,68	0,0000		
Custo total dos Momentos de Transportes =>							0,0000		
MO sem LS =>					17,18	LS =>	0,00	MO com LS =>	17,18
Valor do BDI =>					34,62			Valor com BDI =>	201,79
Quant. =>					396,0000000			Preço Total =>	79,908,84

Assintura Digital

Total sem BDI	R\$	258.236,96
Total do BDI	R\$	51.500,61
Total Geral	R\$	309.737,57

PETRÔNIO SILVA PEREIRA

Engenheiro Civil

CREA- 1613136545 / Matrícula: 07.264-8



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO MUNICIPAL DE CABEDEL0
Secretaria de Mobilidade Urbana - SEMOB

ENCARGOS SOCIAIS			
OBRA:		DATA:	VERSÃO:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA		24/03/2025	1
LOCAL DA OBRA:		DATA BASE:	
VIAS DO MUNICIPIO DE CABEDELO		jan-25	
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO-DE-OBRA - NÃO DESONERADO			
ÓDIG	DESCRIÇÃO	HORISTA	MENSALISTA
GRUPO A			
A1	INSS	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
A	TOTAL	36,80%	36,80%
GRUPO B			
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	18,02%	Não incide
B2	FERIADOS	4,31%	Não incide
B3	AUXÍLIO - ENFERMIDADE	0,86%	0,65%
B4	13º SALÁRIO	10,96%	8,33%
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,07%	0,05%
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,73%	0,56%
B7	DIAS DE CHUVAS	2,04%	Não incide
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,10%	0,07%
B9	FÉRIAS GOZADAS	9,76%	7,42%
B10	LICENÇA MATERNIDADE	0,03%	0,03%
B	TOTAL	46,88%	17,11%
GRUPO C			
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	4,53%	3,45%
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,11%	0,08%
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	4,29%	3,26%
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	2,96%	2,25%
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,38%	0,29%
C	TOTAL	12,27%	9,33%
GRUPO D			
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	17,25%	6,30%
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,40%	0,31%
D	TOTAL	17,65%	6,61%
TOTAL (A+B+C+D)		113,60%	69,85%

Eng. Orçamentista:

(ASSINADO DIGITALMENTE)

PETRONIO SILVA PEREIRA
CREA: 161313 6545

FÓRMULA DO BDI

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G) (1 + DF) (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC= taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central;

S= taxa representativa de Seguros;

R= taxa representativa de Riscos;

G= taxa representativa de Garantias;

DF= taxa representativa das Despesas Financeiras;

L= taxa representativa do Lucro;

I= taxa representativa da incidência de Impostos;

DC - Desenvolver Cabedelo

DISCRIMINAÇÃO	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
Administração central - AC	2,50%
LUCRO - L	5,11%
DESPESAS FINANCEIRAS - DF	0,85%
SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	1,14%
Seguros - S, Garantias -G	0,39%
Riscos - R	0,75%
TRIBUTOS - I	3,65%
CPRB	0,00%
ISS	0,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
TOTAL BDI	14,02%

Engª Petrônio Silva Pereira
CREA- 1613136545



FÓRMULA DO BDI

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC= taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central;
 S= taxa representativa de Seguros;
 R= taxa representativa de Riscos;
 G= taxa representativa de Garantias;
 DF= taxa representativa das Despesas Financeiras;
 L= taxa representativa do Lucro;
 I= taxa representativa da incidência de Impostos;
 DC - Desenvolver Cabedelo

DISCRIMINAÇÃO	SERVIÇOS PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
Administração central - AC	3,80%
LUCRO - L	7,30%
DESPESAS FINANCEIRAS - DF	1,05%
SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	0,88%
Seguros - S, Garantias -G	0,32%
Riscos - R	0,56%
TRIBUTOS - I	5,65%
CPRB	0,00%
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
TOTAL BDI	20,30%

Engª Petrônio Silva Pereira
 CREA- 1613136545



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: ED92-7B9E-3982-D70C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PETRÔNIO SILVA PEREIRA (CPF 047.XXX.XXX-18) em 16/05/2025 09:19:56 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cabedelo.1doc.com.br/verificacao/ED92-7B9E-3982-D70C>



Memória de cálculo

Quantitativos das Ondulações Transversais (lombadas físicas)

Dados:

Previsão total de lombadas = 198 und.

Lombada padrão tipo B.

- Largura da lombada (LL) = 1,50 m
- Altura lombada (AL) = 0,08 m
- Comprimento médio da lombada (CML) = 7,00 m

1. Varredura da superfície para execução de revestimento asfáltico:

- Área a ser limpa (AL) = (Largura da Lombada x Comprimento média da lombada).
- $AL = (LL \times CML) \rightarrow AL = (1,50 \times 7,00) \rightarrow AL = 10,50 \text{ m}^2$.
- Área Total a ser Limpa:
- $ALt = 10,50 \times 198 = 2079,00 \text{ m}^2$

2. Pintura de ligação:

- Área a ser emulsionada (AE) = (Largura da Lombada x Comprimento média da lombada).
- $AL = (LL \times CML) \rightarrow AL = (1,50 \times 7,00) \rightarrow AL = 10,50 \text{ m}^2$.
- Área Total a ser Limpa:
- $ALt = 10,50 \times 198 = 2079,00 \text{ m}^2$

3. Mistura betuminosa a frio executada em betoneira - faixa C - areia e brita comerciais:

- Área da seção transversal da Lombada (AstL) = [(Largura da Lombada x Altura da Lombada)/2];
- $AstL = (LL \times AL) / 2 \rightarrow AstL = (1,50 \times 0,08) / 2 \rightarrow AstL =$

0,060m².

- Vol.L = AstL x LMV → Vol.L = 0,060 * 7,00 → Vol.L = 0,420m³.
- Volume TOTAL do material de enchimento da lombada (Vol.LT):
- Vol.LT = 198 x 0,420 = 83,16m³

4. Demolição controlada de concreto asfáltico com marteleto:

- Área da seção transversal da Lombada (AstL) = [(Largura da Lombada x Altura da Lombada)/2];
- AstL= (LL x AL) / 2 → AstL= (1,50 x 0,08) / 2 → AstL= 0,060m².
- Vol.L = AstL x LMV → Vol.L = 0,060 * 7,00 → Vol.L = 0,420m³.
- Volume TOTAL do material a ser demolido (Vol.DT):
- Taxa de demolição = 24%
- Vol.DT = 198 x 0,420 x 0,24 = 20,00 m³

5. Pintura de faixa com tinta acrílica - espessura de 0,6 mm:

- Área de Sinalização da horizontal da Lombada (ASHL):
- Largura media da faixa obliquas (Lfo) = 0,50m;
- Comprimento médio das faixas obliquas para lombadas tipo B e largura da via de 7,00m (Comp.fo) = 10,40m.
- ASHL = Lfo x Comp.fo → ASHL = 0,50 x 10,40 → ASHL = 5,20m².
- Área TOTAL de sinalização da horizontal da Lombada (ASHLT):
- ASHLT = 198 x 5,20 = 1029,60m²

6. Placa de advertência (l=0,45m) em aço nº 18 galvanizado com película retrorrefletiva tipo iii + si – confecção:

- 02 placas por lombada:
 - Quantidade total de placas = $02 \times 198 = 396,00$ unidades.
7. Tubo de 3,50 m em aço galvanizado + suporte metálico galvanizado para placa de advertência ou regulamentação - simples ou compostas, fornecimento e implantação:
- 01 tubos por placas
 - Quantidade total de tubos por placas = $396 \times 1 = 396,00$ unidade.

Assinatura Digital

PETRÔNIO SILVA PEREIRA
Engenheiro Civil
CREA- 1613136545 / Matrícula: 07.264-8



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 36C9-94F7-2D40-7F85

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PETRÔNIO SILVA PEREIRA (CPF 047.XXX.XXX-18) em 16/05/2025 09:26:47 GMT-03:00


Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cabedelo.1doc.com.br/verificacao/36C9-94F7-2D40-7F85>



	SECRETÁRIA DE MOBILIDADE URBANA - SEMOB	DATA BASE	B.D.I.		ENCARGOS SOCIAIS		Obs. : 1 Mês = 30 dias	
	OBRA: Implantação de lombadas físicas	JAN/2025	20,30%	SERVIÇOS	114,59%	HORAS		
	MUNICÍPIO: Cabedelo	SICRO3	14,02%	EQUIP. E MAT.	70,27%	MÊS		
	ENDEREÇO DA OBRA: Município de Cabedelo	NÃO DESONERADO						

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO															
Itens	Descrição	Total com BDI	Peso (%)	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
1	LOMBADAS FÍSICAS	R\$ 309.737,57	100,00%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
				R\$ 25.811,46	R\$ 25.811,46	R\$ 25.811,46	R\$ 25.811,46	R\$ 25.811,46	R\$ 25.811,46	R\$ 25.811,46	R\$ 25.811,46	R\$ 25.811,46	R\$ 25.811,46	R\$ 25.811,46	R\$ 25.811,46
Total Geral - Acumulado		R\$ 309.737,57		R\$ 25.811,46	R\$ 51.622,93	R\$ 77.434,39	R\$ 103.245,86	R\$ 129.057,32	R\$ 154.868,79	R\$ 180.680,25	R\$ 206.491,71	R\$ 232.303,18	R\$ 258.114,64	R\$ 283.926,11	R\$ 309.737,57
		%		8,33%	16,67%	25,00%	33,33%	41,67%	50,00%	58,33%	66,67%	75,00%	83,33%	91,67%	100,00%

Cabedelo, 12 de Maio de 2025.

PETRÔNIO SILVA PEREIRA
Engenheiro Civil
CREA- 1613136545 / Matrícula: 07.264-8



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 16B1-88F9-A1E5-C28C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PETRÔNIO SILVA PEREIRA (CPF 047.XXX.XXX-18) em 16/05/2025 09:28:44 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cabedelo.1doc.com.br/verificacao/16B1-88F9-A1E5-C28C>





ESTADO DA PARAÍBA

GOVERNO MUNICIPAL DE CABEDEL0

Secretaria de Mobilidade Urbana

MANUAL BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO
DISPOSITIVOS AUXILIARES
ONDULAÇÕES TRANSVERSAIS

PAG. 64 A 68.

5.1 Ondulação Transversal



Figura 6.1

Definição

A ondulação transversal é um dispositivo físico implantado sobre a superfície da pista, transversalmente ao eixo da via, com a finalidade de reduzir, de forma imperativa, a velocidade dos veículos.

Características

É constituída de uma lombada física transversal ao fluxo do tráfego, aposta sobre o pavimento (Figura 6.1).

Pode ser executada com material asfáltico, concreto ou outro material que garanta as suas características físicas.

A ondulação transversal pode ser do TIPO A ou do TIPO B e deve atender aos padrões constantes nas Figuras 6.2 e 6.3.

Dimensões

A ondulação transversal possui, respectivamente, as seguintes dimensões:

- TIPO A:
 - a) L (Largura): igual a da pista, mantendo-se as condições de drenagem superficial em suas laterais;
 - b) C (Comprimento) = 3,70m;
 - c) H (altura) = $0,08 \leq H \leq 0,10$ m.

Diagrama de uma pista de trânsito com acostamento e canteiro. A pista tem duas faixas de tráfego em cada direção, separadas por um canteiro central com uma faixa amarela e preta diagonal. O acostamento à direita é rotulado "ACOSTAMENTO" e "CANTEIRO". A seção transversal da pista é rotulada "CORTE A-A" e mostra uma largura total de 3,70m e uma altura de $0,08 \leq H \leq 0,10\text{m}$.

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://catedelo.1doc.com.br/verificacao/8695f-800e2-8206-472f> e informe o código 8695f-800e2-8206-472f

- L (Largura): igual a da pista, mantendo-se as condições de drenagem superficial em suas laterais;
- C (Comprimento) = 1,50m
- H (Altura) = $0,06\text{m} \leq H \leq 0,08\text{m}$



A ondulação transversal deve ser demarcada com faixas oblíquas na cor amarela, inclinadas a 45° em relação à seção transversal da via, no sentido horário, com largura mínima de 0,25m, espaçadas entre si de no máximo de 0,50m, alternadamente sobre a ondulação (Figura 6.4).

No caso de pavimentos que necessitem melhor definição de contraste, os intervalos entre as faixas amarelas devem ser demarcados com cor preta, admitindo-se também a pintura de toda a ondulação transversal na cor amarela.

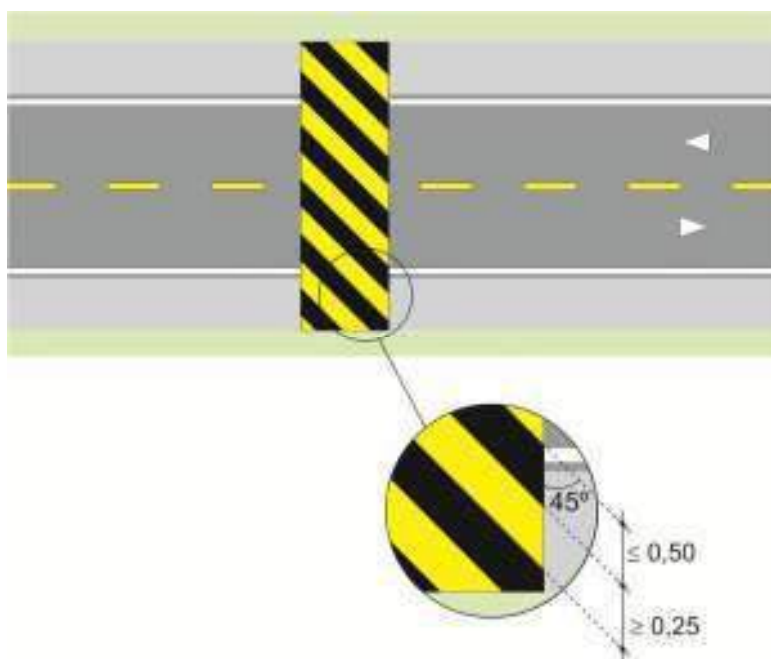


Figura 6.4

Princípios de Utilização

A ondulação transversal deve ser implantada na via pública com autorização expressa da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via e com base em estudo técnico de engenharia de tráfego, conforme modelo constante no Apêndice I deste Manual.

Pode ser utilizada onde se necessite reduzir a velocidade do veículo de forma imperativa, nos casos em que estudo técnico de engenharia de tráfego demonstre índice significativo ou risco potencial de acidentes cujo fator determinante é o excesso de velocidade praticado no local e onde outras soluções são ineficazes.

Após o período de 1 (um) ano da implantação da ondulação transversal, a autoridade com circunscrição sobre a via deve avaliar o seu desempenho, por meio de estudo de engenharia de tráfego que contemple, no mínimo, as variáveis do Apêndice I constante deste Manual, devendo estudar outra solução de engenharia quando não for verificada a sua eficácia.

A ondulação transversal TIPO A só pode ser implantada onde há a necessidade de limitar a velocidade em 30 km/h e em:

- a) Via rural (rodovia) — somente em travessia de trecho urbanizado;
- b) Via urbana coletora;
- c) Via urbana local.

Em casos excepcionais em que haja comprometimento da segurança viária, comprovado mediante estudo técnico de engenharia de tráfego, pode ser adotado o uso da ondulação transversal TIPO A em rodovia, em situação não contemplada no item “a”, e em via urbana arterial, respeitados os demais critérios estabelecidos neste Manual.

A ondulação transversal TIPO B só pode ser implantada em via urbana local onde não circulem linhas regulares de transporte coletivo e não seja possível implantar a ondulação transversal do Tipo A, reduzindo pontualmente a velocidade máxima para 20 km/h.

Para a implantação de ondulações transversais do TIPO A e do TIPO B devem ainda ser atendidas, simultaneamente, as seguintes características relativas à via e ao tráfego local:

- a) Em rodovia: declividade inferior a 4% ao longo do trecho;
- b) Em via urbana e em ramos de acesso de rodovias: declividade inferior a 6% ao longo do trecho;
- c) Ausência de curva ou interferências que impossibilitem boa visibilidade do dispositivo;

- d) Ausência de curva ou interferências que impossibilitem boa visibilidade do dispositivo;
- e) Existência de pavimento em bom estado de conservação;
- f) Ausência de guia rebaixada para entrada e saída de veículos;
- g) Ausência de calçada rebaixada para pedestres.

A autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via pode implantar ondulações transversais em vias com características diferentes das citadas nos itens “a” e “b” do parágrafo anterior, desde que devidamente justificado por estudo de engenharia de tráfego, previsto no Apêndice I.

É proibida a utilização de tachas, tachões e dispositivos similares aplicados transversalmente à via pública.

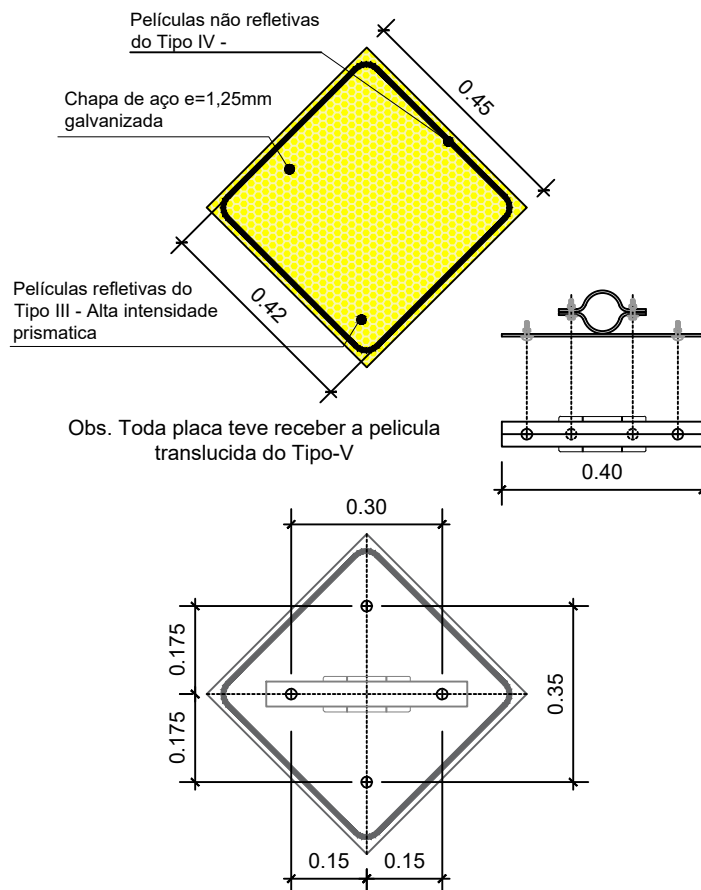
Colocação

A colocação da ondulação transversal deve obedecer aos seguintes critérios:

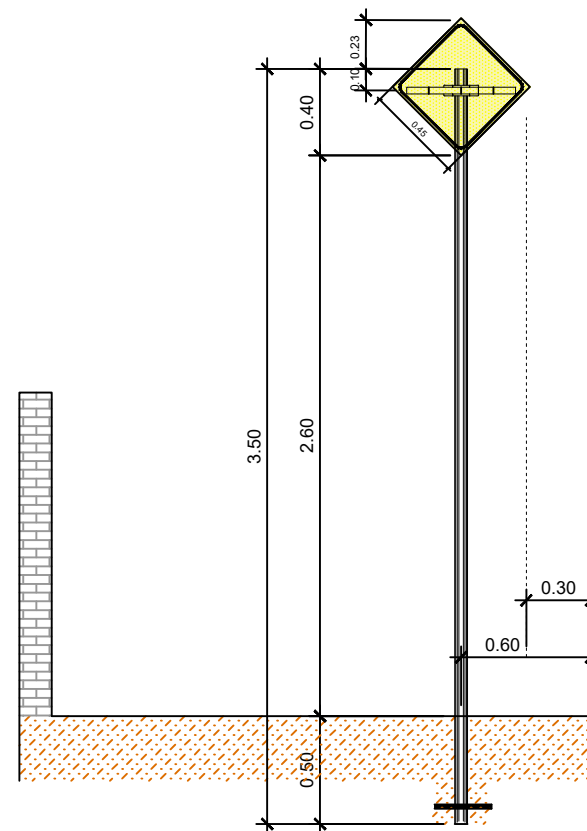
- a) Em via urbana, o dispositivo próximo à esquina deve distar no mínimo 15,0m do alinhamento do meio-fio ou da linha de bordo da via transversal (Figura 6.5);
- b) A distância mínima entre ondulações sucessivas em via urbana de sentido duplo de circulação deve ser de 50m e, em via urbana de sentido único de circulação e em rodovia, a distância deve ser de 100m;
- c) A distância mínima entre ondulações sucessivas deve ser de 50m para rodovia de pista simples e sentido duplo de circulação inserida em área urbana e com características físicas e operacionais similares às de via urbana.

Para serem consideradas em série, as ondulações transversais sucessivas devem estar espaçadas de no máximo 100m em via urbana e de 200m em rodovia.

A-18



Gabarito de Fixação Sinalização vertical



Tubo Galvanizado - L= 3.50 m



PROJETO:
Detalhamento de Placa da sinalização vertical

LOCAL:

MUNICÍPIO DE CABEDELO

PRANCHA:

01/01

ESCALA:

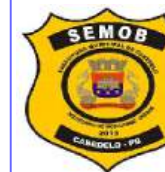
INDICADA

RESPONSÁVEL TÉCNICO :

DATA: __/__/__

PRESTADORA DE SERVIÇO :

DATA: __/__/__



Assinado por 2 pessoas: PETERSON SILVA PEREIRA e ROBERTA KELLY PEREIRA DA SILVA

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cabedelo.1doc.com.br/verificacao/8896-8082F-8200-8726f> e informe o código 8896-8082F-8200-8726f

OBS.: TODAS AS MEDIDAS DEVEM SER CONFERIDAS NO LOCAL DA OBRA





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 369E-81BF-8906-474F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PETRÔNIO SILVA PEREIRA (CPF 047.XXX.XXX-18) em 17/01/2025 10:01:52 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cabedelo.1doc.com.br/verificacao/369E-81BF-8906-474F>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8B96-20A2-5220-8720

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PETRÔNIO SILVA PEREIRA (CPF 047.XXX.XXX-18) em 19/05/2025 12:24:12 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ROBERTA KELLY PEREIRA DA SILVA (CPF 095.XXX.XXX-82) em 19/05/2025 12:24:41 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cabedelo.1doc.com.br/verificacao/8B96-20A2-5220-8720>